



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

DIEGO RODRIGUES MATOS

**"QUANDO AQUI ERA SERTÃO": FAZENDAS DE PLANALTINA ANTES
DA INSTALAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (1872-1960)**

BRASÍLIA

2017



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**"QUANDO AQUI ERA SERTÃO": FAZENDAS DE PLANALTINA ANTES DA
INSTALAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (1872-1960)**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para obtenção do grau de Licenciatura em História, sob a orientação do Prof. Dr. Kelerson Semerene Costa.

BRASÍLIA

2017



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**"QUANDO AQUI ERA SERTÃO": FAZENDAS DE PLANALTINA ANTES DA
INSTALAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (1872-1960)**

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Kelerson Semerene Costa
(Orientador)

Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueiról
HIS/ IH/ UnB

Profª. Dra. Regina Coelly Fernandes Saraiva
FUP/ UnB

Data da Defesa: 07 de Julho de 2017

BRASÍLIA

2017

DEDICATÓRIA

À minha “Mama África”, mãe solteira, mulher guerreira, heroína da vida real – Neuza Rodrigues da Silva;

Ao meu pai, meu melhor amigo e meu maior incentivador.

À minha esposa, por toda paciência e amor.

À Fercal, meu berço e terra querida.

AGRADECIMENTO

Início os meus agradecimentos àqueles que não vivenciarão comigo este momento, mas que sem o exemplo deles em minha vida dificilmente esse dia chegaria: meus avós Cláudio, Darcy e Maria (vó Bia) - *in memoriam*. Junto a eles, agradeço também o meu pai-avô Sebastião Rodrigues da Silva, meu maior exemplo de vida, de ser humano honesto e honrado, meu primeiro educador.

Além de dedicar esse trabalho a minha esposa Lorryne Rafael, gostaria de mencionar mais uma vez ela nos meus agradecimento por ter estado ao meu lado desde o início com muita paciência, amor e sempre transmitindo confiança nos momentos de maiores dificuldades.

Ao meu pai Claudiomar, meu melhor amigo, toda minha gratidão pela confiança, pelo exemplo de honestidade e pelo apoio a mim destinado em tudo que eu já propus de fazer ao longo da vida, inclusive quando muitos achavam loucura fazer licenciatura em História.

Agradeço a todos os meus irmãos, principalmente minhas irmãs Luciana e Luiza que acompanharam mais de perto todos esses anos de pesquisa. Aos meus tios e primos que sempre torceram por mim e que por serem muitos não os nominarei para não correr o risco de esquecer alguém.

Aos meus sogros Rafael e Christina um agradecimento mais que especial. Obrigado pelo apoio incondicional em todas as circunstâncias da vida. Agradeço também minha cunhada Thaís e a nova família que eu ganhei desde o meu casamento (Dona Lira e família).

A todos os amigos da Fercal que contribuíram direto ou indiretamente com essa pesquisa. De forma especial agradeço aos senhores Delson, Erasmo, Manoel e Ernane e as senhoras Sebastiana e Leozina que gentilmente concederam entrevistas para a confecção deste trabalho. E ao meu amigo Sergio Correia, grande incentivador, um muito obrigado.

Agradeço ainda a todos os funcionários da UnB – das secretarias, biblioteca, limpeza, entre outros – que por muitas vezes tornam-se até invisíveis aos nossos olhos sempre apressados, mas que sempre estão lá fazendo essa universidade funcionar com muito zelo e carinho. Aos amigos do curso de História que tanto apoiaram e me ajudaram ao longo desses anos na UnB e a todos os professores do curso de História,

em especial às professoras Ione Oliveira, Susane Oliveira, Teresa Marques e Eloisa Barroso e os professores Henrique Modanez, Arthur Assis, Thiago Tremonte, Carlos Vidigal e a “trindade” Antônio Barbosa, Celso Fonseca e Jaime Almeida.

Aos professores Luiz Paulo Noguieról e Regina Coelly Fernandes Saraiva que gentilmente aceitaram o convite para compor essa banca, muito obrigado.

Com bastante carinho e admiração pela postura sempre ética, pela ajuda imensurável, por toda paciência ao longo desses semestres e por aceitar a me orientar desde nossa primeira conversa, toda minha gratidão ao professor Kelerson Semerene Costa, que faz jus à palavra “orientador”. Obrigado também pelos maravilhosos encontros nas aulas de História da Amazônia e História Regional e pela dedicação e zelo como professor e orientador desse estudo. Por fim, muito obrigado por confiar no resultado positivo dessa pesquisa mesmo quando eu pensei que isto seria impossível.

Por fim, mas de forma alguma menos importante, encerro meus agradecimentos com minha eterna gratidão à minha mãe Neuza que, mesmo diante das dificuldades financeiras e mãe solteira de três filhos, nunca mediu esforços em vê-los todos criados, educados e formados. Obrigado por todo amor e dedicação nessas quase três décadas da minha existência, mas principalmente por me ensinar a nunca perder a esperança de dias melhores, para mim e para a humanidade de maneira geral, mesmo quando tudo parece indicar o contrário.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um quadro geral do que era, antes da inauguração de Brasília, a região norte do atual Distrito Federal, que até então correspondia ao município goiano de Planaltina, abordando, em particular, a estrutura fundiária, as características de suas fazendas, suas principais atividades produtivas e as bases econômicas do município. O estudo faz um recuo ao século XVIII, quando se formaram as primeiras sesmarias da região, e depois se concentra no período entre 1872 e 1960 – ano da inauguração da nova Capital. O estudo se baseia na análise de inventários, processos de divisão e demarcação de fazendas, mapas e depoimentos orais colhidos de moradores antigos da região.

Palavras-chaves: Planaltina, Goiás, estrutura fundiária, Brasília.

RÉSUMÉ

Le travail présent a l'objectif de présenter un cadre général de ce qui était, avant l'inauguration de Brasília, la région Nord de l'actuel District Fédéral, qui jusque-là correspondait au quartier municipal goiano de Planaltina, en abordant, en particulier, la structure foncière, la caractéristique de leur fermes, les activités principales de production et les bases économiques du quartier. Le travail fait un retour au XVIII siècle, quand ont été formées les premières sesmarias de la région et, après, va s'attacher dans la période parmi les années de 1872 et 1960 – l'année de l'inauguration de la Capitale. L'étude s'est basée sur l'analyse des inventaires, des processus de partage et démarcation des fermes, des cartes et déclarations orales des personnes les plus anciennes dans la région.

Mots-clés : Planaltina, Goias, structure foncière, Brasília.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – 1. Descrição Física e Ambiental do Distrito Federal	15
2. A Formação do Município de Planaltina	19
CAPÍTULO II -.....	28
1. A Estrutura Fundiária de Planaltina nos Séc. XVIII e XIX	28
2. As Fazendas de Planaltina (1872-1960)	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
ANEXOS	50

INTRODUÇÃO

Em meados de 2013, iniciei o quinto semestre da graduação com uma disciplina cujo nome despertava uma grande curiosidade: História da Amazônia. Ali, deparei-me com inúmeras possibilidades e inúmeros desafios de se fazer História. Mas uma questão estava clara: se é possível uma história da Amazônia, por que não a história de uma região que até então não se via nos anais de história de Goiás ou do Distrito Federal?

Ao fim da disciplina, cheguei à conclusão de que iria levar adiante o projeto de iniciar os estudos sobre a microrregião da Fercal – local onde nasci e cresci -, hoje uma região administrativa do Distrito Federal urbanizada e marcada pela presença de diversas fábricas de cimento, mas recheada de histórias que remetem a períodos anteriores à chegada da capital. Para que isso fosse possível, começava também, a partir dali, um levantamento de bibliografia e de fontes sobre a história da região.

O problema inicial que me orientou na pesquisa foi a constatação, a partir dos depoimentos de antigos moradores da Fercal, de que se tratava de uma região de ocupação centenária. Se desde cedo aprendemos que Brasília foi inaugurada em 1960, mas a região da Fercal é habitada desde pelo menos o século XIX, o que era, então, essa região antes da transferência da capital?

As próprias entrevistas e os depoimentos orais dos antigos moradores levaram-me à conclusão de que seria necessário ampliar a pesquisa e estudar a história do município de Planaltina, uma vez que a região que hoje é a Fercal era, até 1960, apenas parte de fazendas que integravam aquele município.

O objetivo geral deste trabalho, portanto, é conhecer o que era, entre a segunda metade do século XIX e 1960, ano da inauguração de Brasília, essa parte do Distrito Federal que, até então, correspondia ao município goiano de Planaltina. De modo mais específico, procurei conhecer a estrutura fundiária que se formou na região, as características de suas fazendas, suas principais atividades produtivas e as bases econômicas do município.

O historiador Paulo Bertran, na sua obra *História da Terra e do Homem no Planalto Central. Eco história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*,¹ foi um dos pioneiros em estudar a ocupação colonial na região do DF e a chamar a atenção para o fato de que

¹ BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central. Eco história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador**. Brasília: Editora UnB, 1995.

a capital não fora transferida para um sertão vazio. Junto a Bertran, Lenora Barbo,² Mário Castro,³ e Regina Coelly Fernandes Saraiva⁴ estão entre os poucos pesquisadores que se dedicaram a estudar a história de Planaltina, o que foi esse sertão goiano planaltinense antes de Juscelino Kubistchek iniciar as obras da nova capital. Este trabalho se propõe juntar-se a esses poucos existentes. A importância dele é, portanto, contribuir com a história regional de Goiás e de Brasília, apresentando alguns aspectos da sociedade que existia antes da transferência da Capital Federal.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizadas duas principais fontes escritas: inventários *post mortem* dos moradores de Planaltina e processos de divisão e demarcação de fazendas do município. Também foram utilizados cartografia e depoimentos orais obtidos pelas entrevistas de antigos moradores da região da Fercal, além de bibliografia. Embora alguns outros estudos já tenham sido realizados sobre a região, este trabalho talvez seja o primeiro a fazer uso dos inventários *post mortem* (entre os anos de 1872 e 1960), além dos processos de divisão e demarcação de fazendas como suas principais fontes. Por isso, mesmo sendo um pequeno trabalho monográfico, postula contribuir com as pesquisas futuras sobre a história regional de Goiás e Brasília.

Para o período tratado aqui, compreendido entre 1872 e 1960, existem 337 inventários. No tempo disponível para o desenvolvimento deste trabalho, não seria possível analisar todos eles. Por isso, foi analisada uma amostra de 168 inventários (49,9% do total) escolhida a partir dos seguintes critérios: todos os inventários do século XIX, período com menos fontes e informações disponíveis; todos os inventários de 1950 até 1960, período de grandes transformações na região devido ao início das obras e à inauguração de Brasília; e 25% dos inventários para cada década do século XX até 1949. Foi feita, então, a análise de trinta e dois inventários entre 1872 a 1900; sete entre 1901 e 1910; treze para a década seguinte, de 1911 a 1920; entre 1921 e 1930, foram analisados quinze; de 1931 a 1940 foram dez; de 1941 a 1950, foram quinze; e de

² Ver: BARBO, Lenora de Castro. **Preexistências de Brasília. Reconstruir o território para construir a memória.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

³ Ver: CASTRO, Mario. **A realidade pioneira.** Brasília: Thesarus, 1986.

⁴ Ver: SARAIVA; R.C.F. Planaltina: o lugar da fala... In: FILHO, Batista et al (org.). **Memórias de gerações.** Brasília: Fundo Nacional de Cultura/Minc, 2013.

1951 a 1960, setenta e seis inventários. Esses dados estão resumidos na tabela 1, abaixo:

Período	Total de Inventários	Inventários Analisados
1872-1900	32	32
1901-1910	26	7
1911-1920	51	13
1921-1930	65	15
1931-1940	40	10
1941-1950	48	15
1951-1960	76	76
Total Geral	337	168

Os inventários têm uma grande relevância dentro deste estudo. Segundo Reis Junior,⁵ “o inventário é um documento que permite obter várias informações sobre a maneira como as pessoas viviam em determinada época, seu cotidiano, seus bens, sua maneira de vestir, sua atividade econômica (...)”. Foi possível, assim, com o uso dos inventários, analisar alguns aspectos da sociedade planaltinense entre 1872-1960.

Os processos de divisão e demarcação de fazendas são 17 ao todo, dos quais foram analisados cinco. Nesses processos, veremos algumas informações importantes sobre a estrutura fundiária de Planaltina para entender como as relações familiares, por meio de herança, doações e vendas de terras contribuíram para a fragmentação das primeiras sesmarias do século XVIII até as inúmeras fazendas no século XX. Para os limites deste trabalho, foram selecionados apenas os processos de seis fazendas de grandes dimensões e totalmente fragmentadas em sua estrutura interna: Mestre d’Armas, Serandi, Buraco, Morro Canastra, e Sobradinho.

Os mapas selecionados são ao todo seis, sendo quatro plantas de fazendas (Mestre d’Armas, Serandi, Sobradinho e Morro Canastra), um mapa do município de

⁵ REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. O uso de inventários na pesquisa histórica. **Caderno de Cultura e Ciência**. Universidade Regional do Cariri – URCA, vol.1, nº 1, p.97, 2006.

Planaltina (Zona Sul) e o mapa com a planta índice cadastral das fazendas do Distrito Federal em 1958, de Joffre Mozart Parada. Toda essa documentação encontra-se digitalizada no Arquivo Público do Distrito Federal, a partir dos originais do Fórum de Planaltina (GO), com exceção da “Planta Índice Cadastral”, digitalizada pelo ArPDF do acervo do Sr. Altamiro de Moura Pacheco, em Goiânia (GO). Esses mapas foram selecionados porque constituem uma importante documentação para a compreensão da região como um todo, utilizados como apoio nas análises de inventários e processos de divisão e demarcação de fazendas.

Os depoimentos orais de moradores mais antigos de Planaltina e Fercal complementam as fontes anteriormente citadas. As entrevistas com os moradores de Planaltina foram realizadas pelo ArPDF e encontram-se disponíveis no seu acervo sobre a formação de Planaltina.⁶ São quinze depoimentos ao todo. Com os moradores da Fercal, as entrevistas foram realizadas no início desta pesquisa no ano de 2014, a partir de um roteiro previamente definido (em anexo). Foram entrevistados sete moradores escolhidos pelo critério de serem nascidos ou residentes na região antes da transferência da capital para o Planalto Central.

O presente trabalho está dividido em dois capítulos que buscarão apresentar, como já foi dito, alguns aspectos do município de Planaltina antes da construção de Brasília, particularmente a estrutura fundiária e as características das fazendas. O primeiro capítulo apresentará uma breve descrição física e ambiental do atual Distrito Federal, com foco na região norte, o processo de ocupação a partir das primeiras sesmarias povoadoras do século XVIII e a formação do município.

No segundo capítulo será analisada a estrutura fundiária relacionada ao processo de fragmentação e divisão das fazendas pelo qual passou a região a partir das primeiras sesmarias povoadoras. Baseado principalmente nos inventários, mapas e processos de divisão judicial das fazendas, será analisado em seguida e por fim as características

⁶ Esses quinze depoimentos orais fazem parte da pasta Formação de Planaltina do Catálogo de Depoimentos Oraís II do ArPDF. Possui uma riqueza inesgotável e extrema importância para todos os pesquisadores que estudam ou estudarão a história de Planaltina e, conseqüentemente, de Goiás e Brasília. Há informações de Planaltina quando ainda era distrito de Luziânia/Formosa, do processo de emancipação como município goiano, mas principalmente de temas importantes para o estudo da região no século XX, como a instalação da Pedra Fundamental, os costumes, as tradições, as festas religiosas, as atividades econômicas, a política local e a transferência da capital e suas conseqüências para a região antes, durante e depois do início das obras da nova Capital.

físicas das fazendas, os tipos de cultivo e as principais atividades econômicas que se desenvolviam nelas – até a inauguração de Brasília, em 1960.

CAPÍTULO I

1. Descrição Física e Ambiental do Distrito Federal

Antes de partir para a história de Planaltina anterior à inauguração de Brasília, a nova capital do país instalada aos seus arredores em 1960, é necessário fazer uma breve caracterização física e ambiental para melhor conhecer a região que é o objeto deste estudo.

Planaltina é atualmente apenas uma região administrativa do Distrito Federal. Antes de 1960, porém, como município de Goiás, seu território abrangia a maior parte do atual DF (os municípios de Luziânia e Formosa também cederam terras para a nova capital). Atualmente, o DF ocupa uma área de 5.814 km² em que estão incluídos 60 km² de águas internas. Localiza-se no Planalto Central, na região Centro-Oeste do país, limitado ao norte e ao sul pelos paralelos de 15°30' e 16°03'S e a leste e oeste nas proximidades dos meridianos de 47°18' e 48°17' WGr.⁷. Encontra-se em sua totalidade dentro do bioma Cerrado.

O Cerrado é o segundo bioma do Brasil em extensão e biodiversidade e está localizado principalmente no Planalto Central do Brasil. Além do DF, abrange como área contínua os estados de Goiás e Tocantins e parte de mais nove estados do Brasil,⁸ como o oeste dos estados da Bahia e Minas Gerais e parte sul do Mato Grosso. Ocorre em penínsulas cobrindo o sul do Maranhão e o norte do Piauí; como filamento através de Rondônia e áreas isoladas do estado de São Paulo e pequenas manchas isoladas na região Amazônica. São aproximadamente 200 milhões de hectares de Cerrado, 25% do território nacional.⁹

O clima predominante no Cerrado é o tropical, marcado pela presença de invernos secos – abril a setembro - e verões chuvosos – entre outubro e março. O clima pouco ameno é responsável pelo alto grau de intemperização dos solos e por sua baixa

⁷ Brasília: Governo do Distrito Federal (GDF), Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, COMPARQUES. **Atlas Ambiental do DF**. Brasília, 2006. p. 22.

⁸ RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno M. Teles. Fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S.P. (Orgs.) **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998. p. 93.

⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - Unesco. **Vegetação no Distrito Federal – Tempo e Espaço**. 2ª edição. Brasília, 2002. p. 53.

fertilidade natural.¹⁰ Essas características gerais do clima e do solo são claramente observadas no Distrito Federal: de acordo com o *Atlas Ambiental do Distrito Federal*, o clima da região “enquadra-se na classificação de Koppen, entre os tipos Tropical de Savana e Temperado chuvoso de inverno seco”;¹¹ e o solo, de maneira geral, apresenta baixa fertilidade natural, pouca matéria orgânica e forte concentração de alumínio, ferro e grande acidez.¹²

Há no Distrito Federal várias classes de solo, dos quais se destacam três principais que são os Latossolos Vermelhos (LV), Latossolos Vermelho-Amarelo (LVA) e Cambissolos (C), que ocupam 85,49% do território do DF. A classe LV ocorre principalmente nos topos das chapadas, enquanto a classe LVA ocorre nas bordas das chapadas. Ambas representam 54,47% do território do DF. A classe Cambissolos (31,02% do território) ocorre principalmente nas vertentes das principais bacias do Distrito Federal – Maranhão, Descoberto e São Bartolomeu. Outras classes de solos cobrem 9,06% do território, representados por: Argissolos, Nitossolos, Neossolos Flúvicos, Gleissolos, Neossolos Quartzarênicos.¹³

Por influências climáticas, geológicas e vegetação típica do Cerrado, a maioria dos solos do Distrito Federal é de média ou baixa fertilidade, distróficos e ácidos. Mas, possuem também solos derivados de rochas calcárias, como os Nitossolos que representam 0,09% do território, bastante procurados para a agricultura e pecuária. E também solos pouco férteis para a agricultura, mas propícios à atividade mineradora, principalmente na região da bacia do Maranhão.¹⁴ Percebe-se, portanto, no Distrito Federal, a diversidade de solos que é típica do Cerrado. Não há na maioria do seu território solos favoráveis à atividade agrícola em grande escala, enquanto no norte do DF, na região da Fercal, por formações geológicas e pela qualidade dos solos,

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Atlas Ambiental do DF, op. cit., p. 23.

¹² PELUSO, Marília Luiza; OLIVEIRA; Washington Candido de. **Distrito Federal: paisagem, população e poder**. São Paulo: Harbra, 2006 apud BARBO, Lenora de Castro, op. cit., p. 15.

¹³ MARTINS, Eder de Souza (et al.). **Evolução Geomorfológica do Distrito Federal**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2004. p. 17-22.

¹⁴ Ibidem, p. 17.

predomina a atividade mineradora através da exploração de calcário, principalmente por parte das empresas de cimento e pedreiras.

A vegetação do Cerrado apresenta fisionomias que englobam formações florestais, savânicas e campestres.¹⁵ As formações do Cerrado no DF “apresentam-se estratificadas da seguinte forma: cerradão; cerrado típico; cerrado ralo; campo sujo; campo limpo; matas ciliares e de galerias; veredas; campos rupestres; e campos de murundus”.¹⁶ Essas formações estão espalhadas em todo o território do DF e é possível encontra-las ao mesmo tempo em uma mesma localidade. Dentro dos 84.100 hectares da Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio São Bartolomeu, por exemplo, estão todos os tipos de vegetação do DF.¹⁷

Os rios mais importantes e maiores do DF são: São Bartolomeu, Descoberto, Maranhão, Paranoá e Preto. Apesar do longo período de estiagem, a maioria dos ribeirões que compõe o seu sistema hidrológico são perenes. Todo o DF é banhado por sete bacias hidrográficas.¹⁸ A porção norte do DF é banhada pelas bacias do São Bartolomeu e Maranhão. É na bacia Maranhão que está um dos principais pontos do turismo ecológico do DF, o Poço Azul, outro monumento natural da APA de Cafuringa, localizado em terreno acidentado conhecido como Buracão, a 40 km de Brasília e próximo à Brazlândia.¹⁹

As chapadas e vãos caracterizam toda a região norte do DF, onde se concentra o objeto deste estudo. Ao primeiro olhar é o que sobressai. De várias localidades da região é possível visualizar as chapadas Contagem – onde se encontra o ponto mais alto do DF, com 1.349 metros de altitude no local denominado Rodeador, a noroeste de Brasília, zona rural de Brazlândia – e Pipiripau.²⁰ São os morros - como popularmente são conhecidos - que apresentam a região àqueles que a visitam pela primeira vez. Por conta

¹⁵ RIBEIRO; WALTER; op. cit., p. 94.

¹⁶ PELUSO; OLIVEIRA, op. cit., apud BARBO; 2010, op. cit., p.17.

¹⁷ Atlas Ambiental do DF, op. cit., p.37.

¹⁸ Ibidem, p. 51-55.

¹⁹ SILVA, Benedito Alísio da; MECENAS, Valmira Vieira [et al.]; fotografias de Rui Faquini. **Apa de Cafuringa: o retrato do cerrado**. Brasília, Paralelo 15, 1996, p. 15.

²⁰ Atlas Ambiental do DF, op. cit., 2006.

do seu relevo acidentado e poluição produzida pela atividade mineradora das fábricas de cimento, é possível, dos altos morros da Fercal, visualizar com facilidade, sobretudo no período de estiagem, a poeira e a fumaça como elementos que compõem o seu dia a dia.

Apesar do avanço desenfreado da urbanização desde a inauguração de Brasília e, sobretudo a partir dos anos 1990, com o surgimento de várias invasões e novas regiões administrativas, o DF possui em seu território diversas unidades de conservação da natureza, sendo algumas de proteção integral, como Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre; e outras, de uso sustentável, como Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Econômico, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva Particular do Patrimônio Natural.²¹

A porção norte do DF, principalmente Planaltina e Fercal, possui enorme relevância ambiental para a região e para o bioma Cerrado, de maneira geral. Na primeira, está localizada a mais importante reserva natural do DF: a Estação Ecológica de Águas Emendadas, onde ocorre o encontro de duas grandes bacias hidrográficas do país, Tocantins/Araguaia e Platina. Além disso, em Planaltina encontram-se as reservas particulares do patrimônio natural - RPPNs Chakra Grisu e Maria Velha; a APA da Bacia do Rio São Bartolomeu, a maior do DF; parques ecológicos como o Vale do Amanhecer, dos Pequizeiros, entre outros; e área de proteção de mananciais como Pipiripau e Mestre d'Armas. Já na Fercal, encontra-se boa parte do território que compõe a Reserva Biológica da Contagem e a APA de Cafuringa e, devido ao fato de conter as maiores ocorrências de calcário do DF, possui também monumentos naturais como grutas e cavernas.²²

Essa breve apresentação física e ambiental do atual Distrito Federal nos dá uma razoável noção da região que será abordada ao longo deste estudo: a região norte do atual do DF; especificamente o município de Planaltina antes de 1960, sobretudo a sua zona rural. Adiante se verá como se deu a formação desse município nesse espaço físico e ambiental tipicamente de Cerrado e, posteriormente, a descrição física das fazendas do município e as atividades econômicas desenvolvidas na região e como isso,

²¹ Ibidem p.37-46.

²² Ibidem, p. 32-37.

de alguma forma, se relaciona aos limites impostos pela geografia local, principalmente à qualidade dos solos da região.

2. A Formação do Município de Planaltina

A lei nº 4.545, de 10 de Dezembro de 1964, instituiu o antigo município goiano de Planaltina como uma das regiões administrativas do Distrito Federal, quatro anos após tornar-se cidade satélite de Brasília com a inauguração da nova Capital, em 1960. Meio século depois, a Região Administrativa VI, como foi denominada, abrigava, segundo os dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios da Codeplan, de 2015, uma população urbana estimada em 189.412 habitantes e novos aglomerados urbanos como Vila Vicentina, Setor Residencial Leste (Vila Buritis I, II e III) e Setor Residencial Norte A (Jardim Roriz).²³ Próximo à Planaltina, compoendo a parte norte do Distrito Federal, estão mais três regiões administrativas: Sobradinho, Sobradinho II e Fercal. As três juntas possuíam, em 2015, uma população urbana de aproximadamente 178.072 habitantes.²⁴ Somadas essas quatro regiões administrativas, a população urbana da porção norte do DF era de 367.484 habitantes. Sobre a população rural não há dados para essas RA's, especificamente. No entanto, o Censo de 2010 apontou que a população rural de todo o DF era de aproximadamente 88.886 habitantes,²⁵ o que equivale a apenas ¼ da população urbana de toda porção norte do Distrito Federal.

Esses dados revelam o atual quadro populacional do Distrito Federal, destacando, entre outros aspectos, a importância da urbanização desde a transferência da Capital. Ao mesmo tempo, essa mesma pesquisa revela as inúmeras diferenças entre o que hoje é o norte do DF em termos de população, escolarização, renda, ocupação, em vista do

²³ Codeplan - **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Planaltina** - PDAD 2015. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2015/PDAD_Planaltina2015.pdf>. Data de acesso: 08/02/17.

²⁴ Codeplan - **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2015**. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/component/content/article/261-pesquisas-socioeconomicas/319-pdad-2015.html>>. Data de acesso: 08/02/17.

²⁵ **IBGE. Censo Demográfico 2010**. Características da população. Distrito Federal. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=df&tema=censodemog2010_amostra Data de acesso: 04/03/17.

que foi essa região até 1960 – incluindo a região específica considerada neste trabalho, correspondente ao antigo município de Planaltina.

A ocupação dessa região não ocorreu apenas a partir da construção de Brasília. A formação do que viria a ser no final do século XIX a vila de Mestre D’Armas, município do estado de Goiás, começou bem antes, segundo o historiador Paulo Bertran,²⁶ no século XVIII, quando as terras que formariam a capitania de Goiás ainda faziam parte da capitania de São Paulo.

O historiador Victor Leonardi, no prefácio da obra *Meiaponte: História e meio ambiente em Goiás*,²⁷ destaca que a história de Goiás “não se resumiu ao ouro”. Planaltina é um dos municípios goianos que não tiveram sua origem vinculada diretamente à atividade aurífera, embora a ocupação de suas terras pelas primeiras sesmarias povoadoras tenha sido impulsionada pela mineração, principalmente nos arraiais de Meiaponte e Santa Luzia.

Segundo Paulo Bertran, a ocupação das terras que, até a construção de Brasília, pertenciam a Planaltina, teve início a partir de 1741, quando, através da estrada colonial construída de forma ilegal ligando Salvador (BA) ao arraial de Meiaponte, surgem os primeiros moradores ocupando sesmarias cuja finalidade e atividades principais eram “a criação extensiva de gado vacum e cavalos para a agricultura em geral”.²⁸

Com o declínio da mineração em Goiás, nos anos finais do século XVIII, novas famílias chegaram àquela região, então denominada Mestre d’Armas, advindas das regiões atingidas pela crise do ouro.²⁹ Entre elas estavam os Gomes Rabelo, que haviam se transferido de Vila Boa, capital da capitania de Goiás, para a fazenda Lagoa Bonita, onde, em 1811, teriam fundado o núcleo urbano Mestre d’Armas,³⁰ em terras do julgado – depois, município - de Santa Luzia, ao qual foi subordinado até 1833. Segundo o professor Elias Manoel da Silva, “de 1834 até 1891 (...) vai iniciar-se um verdadeiro cabo

²⁶ BERTRAN. op. cit., p. 82-93.

²⁷ LEONARDI, Victor. “Prefácio”, In: COSTA, Kelerson Semerene. **Meiaponte: História e meio ambiente em Goiás**. Brasília, Paralelo 15, 2013, p. 13.

²⁸ BERTRAN. op.cit.,p. 163.

²⁹ Ibidem. pp. 156-158.

³⁰ Ibidem, pp. 157-158.

de guerra entre Santa Luzia e Formosa da Imperatriz pela posse territorial da área correspondente a Mestre d'Armas".³¹ Segue ainda Elias: "Numa verdadeira guerra de representações, abaixo-assinados, leis e resoluções, Mestre d'Armas passou por constantes anexações e desanexações".³²

Após a promulgação da Constituição Federal de 1891, esse cabo de guerra é finalizado com o decreto estadual nº 52, de 19 de março daquele ano, que elevou o distrito de Mestre d'Armas à condição de município do estado de Goiás, desmembrando-se de Formosa. Em 1910, pela lei nº 363, o município passou a se denominar Altamir. Somente em 1917, pela lei estadual nº 541, na derradeira alteração toponímica, passa a se chamar Planaltina.³³

Em 1872, quando Planaltina estava sob a jurisdição de Formosa da Imperatriz, foi realizado o primeiro censo na região, como parte do recenseamento geral do Império. O município de Formosa estava dividido em três freguesias e Mestre d'Armas era apenas uma parte da freguesia de N. S. da Conceição de Formosa da Imperatriz.

Para toda essa freguesia, a população apontada pelo Censo de 1872 era de 7.042 homens e mulheres livres e 411 escravos – dos quais 218 eram homens e 193 mulheres; somados os números das outras duas paróquias, o município de Formosa tinha 550 escravos. Sua população era maior que a de Santa Luzia, estimada em 6.503 habitantes, composta por 6.071 homens e mulheres livres e 432 escravos.³⁴

Dos 26 municípios goianos, Formosa tinha a sexta maior população de escravos, e representava apenas 5,16% dos 10.652 escravos da província. Os municípios com mais escravos eram a capital, Goiás, com 1.432, e Meiaponte, com 1.009 escravos.³⁵

³¹ SILVA, Elias Manoel da. **De Mestre d'Armas à Planaltina: reflexão histórico-crítica sobre a fundação da cidade**. Arquivo Público de Brasília, 2011. p. 11.

³² Ibidem.

³³ **Goiás – Planaltina**. IBGE. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang= EN&codmun=521760&search=goias%7Cplanaltina%7Cinphographics:-history>. Data de acesso: 08/02/2017.

³⁴ **Recenseamento do Brasil em 1872. Goyaz**. Editor Typ. G. Leuzinger. Rio de Janeiro, 1874 (?). Disponível em: << http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v6_go.pdf >>. Data de acesso : 18/01/2017.

³⁵ Ibidem.

Ao considerar o conjunto do Império, a população escrava da província de Goiás era a terceira menor e superava apenas as de Mato Grosso (6.667) e Amazonas (979), representando 0,71% da população cativa do país. As maiores populações de cativos no país estavam nas províncias de Minas Gerais (370.459), Rio de Janeiro (292.637), Bahia (167.824) e São Paulo (156.612), que concentravam 65,35% do total de 1.510.806 escravos.³⁶

Sabe-se que a entrada de escravos na província de Goiás em grande escala se deu devido à mineração no século XVIII.³⁷ Analisando a sociedade goiana do século XIX, Salles³⁸, Costa³⁹ e Bertran⁴⁰ apontam entre as causas principais da queda da população de cativos na província de Goiás o declínio da mineração.

Com o declínio da mineração nos finais do século XVIII, ocorre a generalização das atividades agropastoris em boa parte da província. Mas, essas atividades, ao contrário da atividade aurífera, não significavam “grandes investimentos de capital, mas um movimento defensivo contra a miséria”⁴¹ e, segundo Eurípedes Funes, citado por Kelson Costa, a produção das unidades rurais que se formaram “não era suficiente para a manutenção de um plantel de cativos”.⁴² Dessa forma, a região de Mestre d’Armas, que, como mencionamos, não nasceu da atividade aurífera, mas sim do declínio desta e concentrava sua atividade econômica sobre as bases das atividades agropastoris desde a sua ocupação inicial, não possuía, no século XIX, nenhuma atividade de produção capaz de manter muitos escravos em suas terras.

A distância para os principais portos do país era um fator de grande relevância que dificultava uma economia mais dinâmica em Goiás, de maneira geral, após o declínio da mineração. Como observou em sua viagem à província, em 1819, o naturalista

³⁶ Ibidem.

³⁷ SALLES, Gilka V. F. de. **Economia e Escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia:Cegraf/ UFG, 1992.

³⁸ Ibidem.

³⁹ COSTA, op. cit.

⁴⁰ BERTRAN, op. cit.

⁴¹ COSTA, op. cit., p.113.

⁴² FUNES apud COSTA, op. cit., p.114.

francês Auguste de Saint-Hilare, “a distância enorme da província de Goyaz é, sem dúvida a principal fonte das suas misérias”, mas, ao mesmo tempo, ele apontou que “pelo menos, se abriram estradas que permitem aos habitantes não ficarem sem comunicações com a costa e penetrarem nas partes mais remotas do interior”.⁴³ Na verdade, essas estradas de que fala o naturalista francês já eram conhecidas desde as primeiras décadas após o início da atividade aurífera em Goiás, no século XVIII, pois foi justamente às margens de uma dessas estradas coloniais que interligavam os principais arraiais auríferos de Goiás a Salvador (BA) que se iniciou o processo de ocupação da região de Planaltina, como já mencionado neste capítulo.⁴⁴

Retornando aos dados populacionais da região, o censo realizado em 1900 foi o primeiro após a autonomia de Mestre d’Armas. Foi o primeiro a apresentar os dados isolados da região. Nele, a população total do novo município era de 3.316 habitantes, a sexta menor entre 37 municípios do estado, cujo total era de 255.284 habitantes. Ou seja, a população de Mestre d’Armas representava pouco mais de 1,22% de todo o estado. No censo de 1920, a população total era de 5.742 habitantes.⁴⁵ Um crescimento próximo de 73% em vinte anos. No último censo nacional antes de Brasília, em 1950, a população era de 8.720,⁴⁶ um crescimento de 52%, aproximadamente, em trinta anos.

Ao considerar toda a região que constituiria o novo Distrito Federal (Planaltina, Luziânia e Formosa), o que se observa é uma pequena densidade demográfica e um baixo crescimento da população quando comparado ao Centro-Oeste e com o conjunto do país neste período de 1890 a 1950. Os dados apontam que nos decênios de 1890 a 1900 houve um crescimento demográfico anual de apenas 1,7% naquela região. Para esse mesmo período, a densidade demográfica estimada era de 0,7 habitantes por km². Entre 1900 e 1920, o crescimento foi de 2,5%; de 1,0% entre 1920 e 1940; e 2,2% entre 1940

⁴³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz**. Tomo primeiro. . Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 332.

⁴⁴ BERTRAN, op. cit., p. 156-158.

⁴⁵ **Recenseamento do Brasil**. Realizado em 1 de Setembro de 1920. Volume IV (2ª parte). Typograpgia da Estatística. Rio de Janeiro, 1920. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>> Data de acesso: 22/01/17.

⁴⁶ IBGE. **Brasil. Censo Demográfico**. Volume 1. Rio de Janeiro, 1956. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf>. Data de acesso: 22/01/17.

e 1950. Com esse pequeno crescimento, a densidade demográfica, que era estimada em 0,6 hab./km², em 1890, atingiu 1,6 hab./km² na década de 1950.⁴⁷ No mesmo período em que a população local só havia crescido duas vezes e meia, a do Centro-Oeste havia crescido oito vezes e a população nacional, cinco.⁴⁸

O baixo crescimento populacional dessa região nordeste de Goiás contrasta com o crescimento do sul do estado. As ferrovias proporcionaram um maior dinamismo à economia da região sul ao integrá-la ao comércio de Minas Gerais e São Paulo.⁴⁹ Por sua vez, Planaltina e outros municípios vizinhos, como Formosa, mantiveram-se longe dos trilhos e conseqüentemente longe do dinamismo econômico do qual viviam, nas primeiras décadas do século XX, municípios como Catalão e Ipameri, por exemplo.⁵⁰ Como diziam alguns antigos moradores, como o senhor Alderico de Souza Caldas, nascido em Planaltina em 1933, “aqui antigamente era praticamente uma roça. Pouca gente, o sujeito conhecia todo mundo”.⁵¹

Portanto, se o crescimento da região em que insere atualmente o Distrito Federal não seguiu o mesmo ritmo do sul do estado, mantendo a característica de “roça” até a primeira metade da década de 50 do século passado - ou seja, sem o mesmo dinamismo econômico devido, principalmente, à expansão do transporte ferroviário ter se mantido lá pelo sul - o início das obras de transferência da Capital nos últimos anos da mesma década proporcionou um rápido crescimento demográfico em vários locais desse vasto Planalto Central. Os dados apresentados pelo Censo Experimental de Brasília, de 1959, para o período de 1956-59, confirmam isso. As cifras do censo indicam, por exemplo, um crescimento médio mensal de 1.000 habitantes entre 1956-57; 2.100 entre 1957-58; e 2.500 entre 1958-59. Isso refletiu também na densidade demográfica que atingiu no

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ OLIVEIRA, Paulo Roberto de. **Entre rios e trilhos: as possibilidades de integração econômica de Goiás na Primeira República**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 2007.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ CALDAS, Alderico de Souza. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1999, p.7;

primeiro bimestre do ano de 1959 um total de 11,0 habitantes por km²: já havia, em três anos, superado a média nacional e era dez vezes superior à da região Centro Oeste.⁵²

Esse *boom* populacional traduz a mudança drástica pela qual o município de Planaltina estava passando com a ocupação de parte significativa de suas terras pelo Distrito Federal. O que até então era sertão goiano, com pequena população predominantemente camponesa e baixa urbanização, longe dos principais centros urbanos do país, distante inclusive do dinamismo econômico pelo qual passava o sul do estado, acompanha de perto agora um rápido processo de urbanização e crescimento populacional, dentro de suas antigas fazendas. Em 1959, por exemplo, estavam alocados nos principais núcleos provisórios do DF - Bandeirante, Bananal, Central da Novacap, Candangolândia, Praça dos Três Poderes, Plano Piloto – Zona Sul e Outros – ou no núcleo estável de Taguatinga, cerca de 49.458 homens e mulheres.

Sem dúvida, o crescimento populacional foi avassalador. O mesmo Censo Experimental de 1959 aponta que a população do então município de Planaltina, distribuída entre o núcleo urbano e as 73 fazendas que configuravam a sua zona rural, era estimada em 14.856, três vezes menor do que a população que havia chegado para os trabalhos da construção da Capital.⁵³ Esse crescimento foi evidenciado também pelos moradores de Planaltina, que reagiram às inúmeras levas de imigrantes que chegavam à região com expectativas e esperança, mas também com medo e desconfiança. O professor Mario Castro, nascido em Planaltina em 1949, em entrevista ao Arquivo Público do DF no ano de 1999, afirmou que, para muitas famílias de Planaltina, Brasília chegava para tirar a tranquilidade e a acomodação da população local que “teve certo cuidado com esse primeiro contato”. Mas, em sua opinião, eram “pessoas boas [que vinham] trazer o progresso para nós outros aqui da região do fim do mundo”.⁵⁴

O espanto com toda essa movimentação que agitou tantas pessoas do núcleo urbano de Planaltina pode ser compreendido baseado nos próprios dados do Censo Experimental de 1959 sobre a população residente por localidade. Nesse ano, na zona urbana

⁵² **Censo Experimental de Brasília 1959. População e Habitação.** Planejado e supervisionado pela Comissão Censitária Nacional. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>.

⁵³ Censo Experimental de Brasília 1959.

⁵⁴ CASTRO, Mário César de Sousa. **Depoimento - Programa de História Oral.** Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1999, p. 9.

a população estimada era de 2.245 habitantes. A maioria esmagadora encontrava-se espalhada na sua zona rural, em pequenos núcleos cuja população variava entre 10 pessoas, como na fazenda Desterro, e 770 pessoas, que era o caso da fazenda Granja – que provavelmente, à época do Censo, já era habitada por muitos trabalhadores que chegavam à região, devido à sua localização próxima ao canteiro de obras da nova Capital. Toda a população rural estimada era de 12.256 habitantes.

Apesar de toda agitação no núcleo urbano de Planaltina naqueles anos de 1956-1959 por conta das mudanças que estavam ocorrendo devido às obras da nova Capital, a maioria dos imigrantes que chegavam para trabalhar na construção de Brasília habitavam os núcleos provisórios como em Taguatinga, núcleo estável criado principalmente com a finalidade de abrigar os novos trabalhadores. O texto de apresentação do Censo afirma, inclusive, que a ocupação humana “atingiu com menor intensidade o centro urbano de mais antiga formação no território: a cidade de Planaltina”.⁵⁵ E na zona rural, somente alguns poucos foram habitar “sob a influência de atividades ligadas à extração de materiais de construção (areais, pedreiras, caieiras), ou à indústria de transformação correlata (olarias, britamentos de pedras, etc.)”.⁵⁶ Essa informação sobre a migração para a zona rural em busca de materiais para a construção de Brasília está presente, também, nos depoimentos orais de antigos moradores que habitavam a fazenda Buraco, que relataram que a mudança do nome de onde moravam para Fercal se deu devido à instalação de uma empresa com o mesmo nome na região, em meados de 1958,⁵⁷ com a finalidade de lavrar calcário para as obras da nova Capital.

Apesar das transformações maiores não atingirem o núcleo urbano de Planaltina e sua zona rural de maneira geral, algumas fazendas seriam atingidas diretamente com a transferência da Capital, como a fazenda Bananal – onde seria construído o Plano Piloto de Brasília; parte da fazenda Gama; a fazenda Sobradinho – sede da empresa Fercal, e que receberia um grande contingente de trabalhadores e comerciantes em 1960; e as fazendas Buraco e Morro Canastra, vizinhas da fazenda Sobradinho e próxima das terras onde se instalou a empresa Fercal.

⁵⁵ Censo Experimental de 1959, p. 4.

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ Delson da Costa Matos, Depoimento ao Autor, [08/ 01/ 2014].

Das primeiras sesmarias até a autonomia política conquistada em 1891, somam-se aproximadamente 150 anos. Da autonomia política até 1960 são mais 69 anos. Em sua trajetória, da formação à anexação ao Distrito Federal, Planaltina conheceu mudanças e permanências. A ocupação de suas terras foi iniciada no auge da mineração goiana, mesmo não sendo uma região aurífera da capitania de Goiás; acompanhou o declínio da mineração e o relativo isolamento goiano das principais províncias do país no século XIX. Poucos anos depois de estabelecer-se como novo município, esteve, desde 1922 - quando é instalada a Pedra Fundamental em suas terras, “a partir do projeto do deputado goiano Americano do Brasil”⁵⁸ - no meio de um novo projeto de transferência da Capital do país que mudaria definitivamente, a partir de 1960, sua estrutura social e política.

Do século XVIII até a metade do século XX, nesse processo de formação do município de Planaltina, a estrutura fundiária da região foi marcada por um lento e contínuo processo de fragmentação das primeiras sesmarias que resultou no surgimento de inúmeras fazendas na região, o que buscaremos discutir no próximo capítulo.

⁵⁸ SARAIVA; R.C.F. op. cit., p. 23.

CAPÍTULO II

No Capítulo 1, apresentamos a geografia e alguns aspectos ambientais da região estudada e como se deu a formação de Planaltina ainda nos séculos XVIII e XIX. Vale recapitular que a ocupação da região se deu por meio de sesmarias que ao longo dos anos foram sendo fragmentadas por motivo de herança, compra e venda de terras. Agora, neste capítulo, analisaremos primeiramente a estrutura fundiária em Planaltina nos séculos XVIII e XIX e a descrição física das fazendas do município.

As questões que nos orientarão agora são: como a estrutura fundiária foi se transformando nessa região entre o início da sua ocupação e o século XX? Quais mudanças fundiárias houve no século XX com os processos judiciais de divisão de fazendas? Como eram, de modo geral, as propriedades rurais de Planaltina entre a segunda metade do século XIX e a transferência da Capital Federal, em 1960? Mesmo com o início do processo de divisão e demarcação de terras na região, é possível constatar uma permanência na estrutura interna das fazendas ao longo do século XIX até 1960? Houve mudanças significativas de um século para outro? Veremos o que nos dizem as fontes.

Os inventários e os processos de divisão e demarcação de fazendas nos oferecem um detalhamento melhor sobre as fazendas de Planaltina nos finais do século XIX e XX e contribuem diretamente para responder aos questionamentos feitos anteriormente.

1. A Estrutura Fundiária em Planaltina nos séculos XVIII e XIX

Segundo o professor Elias Manoel da Silva, as sesmarias “eram terrenos doados pelo governo português a particulares”.⁵⁹ Foi através da concessão destas que se iniciou a ocupação colonial na região de Planaltina e do atual Distrito Federal no século XVIII, conforme já mencionado no capítulo anterior.

Segundo Bertran, a primeira sesmaria a se instalar na região data de 1741, antes mesmo da descoberta de ouro e fundação de Santa Luzia, em 1746:

As mais antigas sesmarias da área do Distrito Federal foram as duas concedidas a Manoel de Barros Lima em 1741, entremeio ao rio Maranhão e as longitudes de Planaltina. (...) O sesmeiro Manoel de Barros Lima, outro ilustre desconhecido da história, obteve duas sesmarias de D. Luiz Mascarenhas, ambas as concessões datadas de 30 de Janeiro de 1741. Na primeira, chamada

⁵⁹ SILVA, Elias Manoel da. **De Mestre d’Armas à Planaltina: reflexão histórico-crítica sobre a fundação da cidade**. Arquivo Público do Distrito Federal, 2011, p. 8.

do “Barreiro”, de três léguas de comprimento por uma de largo, descreve uma formidável extensão de 40 quilômetros de terras, desde a atual fazenda Barreirinho, ao norte da Fercal, até a chapada do Pipiripau, onde divisava com um “Rancho de Trigo” e com um certo vizinho João da Costa (...). Esta sesmaria parece compreender a área do Roteiro de Urbano (...) a segunda sesmaria chamava-se Arraial (...).⁶⁰

Além das duas sesmarias de Manoel de Barros Lima, Bertran cita também a existência da sesmaria de “um certo Estevam Ordonho Sepeda”,⁶¹ de 1745. Essas informações foram obtidas, por Bertran, do documento “*Repertório das Sesmarias*” (1721-1821), que se encontra no Arquivo Histórico de São Paulo.

Após a instalação das primeiras sesmarias, a ocupação fundiária continuou ao longo do século XVIII. Sobre isso, Bertran prossegue

Através das pesquisas do professor Curado temos a confirmação de que um ano depois de Barros de Lima requerer suas sesmarias, já havia famílias constituídas na região com a realização do que talvez tenha sido o primeiro batizado “registrado” no “Caminho dos currais”. (...) Em 1747 e 1748 já temos certeza quanto à localização de dois moradores do Distrito Federal, graças ao batismo de seus escravos: o capitão Domingos Pereira de Brito, no *sítio do Sobradinho* e Antônio Luís Martins Passos no *sítio das Três Barras*, que devia existir na área do Parque Nacional de Brasília, onde há o córrego desse nome.⁶²

Além destas, Bertran cita a existência de mais cinco sesmarias na área de Planaltina e norte do Distrito Federal, no século XVIII.⁶³ Todas essas sesmarias se subdividiram ao longo do tempo, por herança ou por transações de compra e venda. No mapa 2, *Novo Distrito Federal - Planta-Índice Cadastral*, de Joffre Mozart, em anexo, por exemplo, podemos observar a quantidade de fazendas no século XX que derivaram dessas primeiras sesmarias.

No início do século XIX, é possível constatar uma quantidade maior de fazendas por meio dos relatos apreciados por Bertran no “livro de registros de dízimos rurais para o julgado de Santa Luzia em 1810”, do acervo do Museu das Bandeiras, na cidade de Goiás.⁶⁴ É, segundo ele, “um precioso repertório para conhecermos da ocupação do Dis-

⁶⁰ BERTRAN, op. cit, p. 93

⁶¹ Ibidem.

⁶² Ibidem, p 97-98.

⁶³ Ibidem, p.157.

⁶⁴ Ibidem, p.188.

trito Federal e do que aqui se produziu naquele ano de notável recolhimento da região sobre si mesma”.⁶⁵

Pelo levantamento feito por “um certo Luciano Rodrigues”⁶⁶ – o lançador de impostos -, havia no mínimo 288 sítios no julgado de Santa Luzia – que compreendia o que hoje são os municípios de Luziânia, Formosa e todo o Distrito Federal. Antes de chegar nos sítios e fazendas da região de Mestre d’Armas, o lançador passou por outros dentro do território do atual DF:

(...) avançando ao rico engenho do Barreiro, ao sul do Gama, sesmaria que meio século antes era do tenente Gabriel da Cruz Mirando, com moinhos de farinha e que agora pertencia aos Álvares da Costa, analfabetos, com grande engenho de açúcar. Dali seguiu para o rio Cachoerinha – atuais fazenda Papuda e Santa Bárbara, onde havia dois sitiantes (...). No São Bartolomeu havia dois sítios valendo boas 5/8 de imposto, e outro pobre, de 1/8, todos pertencentes a proprietários analfabetos. (...) sempre percorrendo o sudeste do Distrito Federal, foi à fazenda de São Bernardo, onde havia dois pequenos sitiantes. A partir de então passou a encontrar-se com as famílias dos Monteiro Guimarães e Fonseca e Mello (...) eram todos pobres e moravam mais ou menos próximos, nas atuais fazendas Poço Claro ou Lamarão (...). Da sesmaria de Campo Aberto dos Guimarães, o exator seguiu para as atuais fazendas Jardim – com dois sitiantes – e, para a do Buriti, com quatro sitiantes.⁶⁷

Após passar pelas propriedades dos atuais municípios de Formosa e Cabeceiras, em Goiás, o lançador de impostos volta ao atual Distrito Federal “atuando diversos descendentes do sesmeiro Viegas de Ataíde”.⁶⁸ Depois disso, chega finalmente ao norte do atual DF, na região de Mestre d’Armas. Discorre Bertran:

Dali foi o fiscal sobre Mestre d’Armas, atual Planaltina, aonde o esperavam sete fazendeiros da região, geralmente remediados e sabendo assinar o nome, entre eles, o mais ágil, José Gomes Rabello. [...] Indo agora de Planaltina para o oeste, o lançador de impostos rurais de 1810 deparou-se com diversos sítios no rio Maranhão, todas de subsistência, até encontrar o sítio do Sobradinho, indubitavelmente nas cercanias da atual cidade de Sobradinho (...). De Sobradinho para o norte, foi o exator de impostos cobrar os dízimos no vão do Buraco, atual vale da Fercal, onde viviam sitiantes pobres.⁶⁹

Para encerrar o itinerário, o lançador de impostos percorreu a região do Vão dos Angicos, passou pela atual cidade de Brazlândia, sem registrar nenhum sitiante; depois,

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ Ibidem, p.189.

⁶⁹ Ibidem, p.189-190.

pela fazenda Guariroba, aos fundos das atuais cidades Ceilândia e Samambaia; passou, também, pela região do rio Alagados e pela Boa Vista, regressando finalmente a Santa Luzia, praticamente três meses após o início dos trabalhos.⁷⁰

Esse registro observado por Bertran nos revela algumas coisas importantes sobre a situação fundiária, no século XIX, em terras que hoje pertencem ao Distrito Federal. Mas vamos nos concentrar nas informações referentes à porção norte do atual DF.

As fazendas que constam do primeiro mapa do Distrito Federal, *Novo Distrito Federal Planta-Índice Cadastral*, do engenheiro Joffre Mozart Parada, de 1958, em anexo, e da descrição do Censo Experimental de 1959 são resultados de um longo processo de fragmentação e divisão das primeiras sesmarias povoadoras do século XVIII que já estava em curso em 1810, constatado pelo relato do lançador de impostos. Essa fragmentação foi ocorrendo devido às partilhas por herança e à venda das terras. A partir de 1850, surgem em meio a esse processo as primeiras tentativas de regularizar, demarcar e dividir as fazendas de Mestre d'Armas.

Em 18 de Setembro de 1850, quando foi sancionada a Lei nº 601, mais conhecida como Lei de Terras, legislação aprovada no governo do imperador D. Pedro II e que tinha como meta dispor “sobre as terras devolutas do Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmarias sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica”,⁷¹ iniciam-se em Mestre d'Armas tentativas de regularização, demarcação e legalização de um processo de divisão de terras que, na prática, havia se iniciado muito antes.

A fragmentação das fazendas segue até o século XX, podendo ser analisada com os processos de divisão e demarcação, dos quais analisamos quatro, relativos às fazendas Serandí, Mestre d'Armas, Sobradinho e Buraco. Documentos que formam esses processos mais recentes remetem aos registros paroquiais da década de 1850. Por exemplo, no processo de divisão da fazenda Serandí, o documento “*Memorial Descritivo da Fazenda Serandy*”, de 1919, elaborado pelo prático Deodato do Amaral Louly, afirma:

Esta fazenda, pelas informações que colhi, pelo registro de 1854, que tinha às mãos, limita-se ao nascente com a fazenda da Lagoa; a poente com as fazen-

⁷⁰ Ibidem, p.191-192

⁷¹ **Lei nº 601**, de 18 de Setembro de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Data de acesso: 09/02/2017.

das Palmeiras, Limoeiro e Salobro; ao poente com a fazenda Sobradinho e ao sul, finalmente, com a larga do Retiro e fazenda Mestre d'Armas.⁷²

No processo da fazenda Mestre d'Armas, encontramos:

Certifico em cumprimento ao despacho usado na petição supra, que revendo o livro de registro de terras pertencentes ao município da Villa de Santa Luzia (...) encontrei a do teor seguinte: “Declaração que fazem Antônio Carlos de Alarcão, Emmerenciana Gomes Rabello, Joaquim Gomes Rabello (...) de uma fazenda que possuem a mesma a Capela de São Sebastião do Mestre d'Armas no município de Villa de Santa Luzia para ser registrada conforme determina regulamento de trinta de janeiro de 1858 (...).⁷³

A Lei de Terras de 1850 parece ter sido, portanto, o motivo principal para o início da legalização da divisão e demarcação de terras em Mestre d'Armas, já que divididas e demarcadas informalmente as poucas sesmarias da região estavam desde, pelo menos, 1810, quando no relato do lançador de impostos é informado que ele havia visitado 288 propriedades nesta região do atual DF, Formosa e Padre Bernardo.⁷⁴ O fato desse processo de demarcação e divisão por parte dos seus condôminos ter se iniciado logo após a promulgação da lei foi no intuito de não permitir que suas terras fossem consideradas devolutas, pois o parágrafo 2º do artigo 3º da Lei de Terras estabelecia que seriam enquadradas nessa categoria as terras “que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial”.⁷⁵

A fragmentação fundiária seguiu-se por todo século XIX e parte do século XX. As terras da região de Mestre d'Armas, e posteriormente Planaltina, continuaram sendo fragmentadas através de herança e vendas. O mapa *Novo Distrito Federal Planta-Índice Cadastral*, de 1958, de Joffre Mozart Parada (anexo) registra a presença de inúmeras fazendas na região de Planaltina compondo sua zona rural, além de um pequeno núcleo

⁷² Deodato do Amaral Louly. *Memorial Descritivo da Fazenda Serandy*, in: **Processo de Divisão Judicial da Fazenda Serandi, 1919**. Fórum Planaltina - Goiás. Digitalizado pelo ArPDF, fl.142.

⁷³ **Processo de Divisão Judicial da Fazenda Mestre d'Armas, 1920**. Fórum Planaltina – Goiás. Digitalizado pelo ArPDF, fl. 4.

⁷⁴ BERTRAN, op.cit., p. 188;

⁷⁵ **Lei nº 601**, de 18 de Setembro de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Data de acesso: 09/02/2017.

urbano onde hoje se situa o chamado Setor Tradicional da RA Planaltina. Mediante um simples olhar pode-se perceber que muitas dessas fazendas eram de grandes dimensões.

Mas, o que o mapa não nos revela é que, na verdade, a maioria dessas fazendas de grandes, ou mesmo as de pequenas dimensões, inclusive no ano em que o mapa foi elaborado, encontravam-se fragmentadas internamente em pequenas propriedades, sob a posse de vários condôminos. Um bom exemplo que caracteriza essa estrutura fundiária encontra-se no processo de demarcação e divisão judicial da fazenda Mestre d'Armas, iniciado em 1920. Nele, o senhor Salviano Monteiro Guimarães faz uma petição ao juiz solicitando a regularização das suas partes de terra por meio da demarcação e divisão da fazenda. Ao fim do pedido, o mesmo lista os condôminos conhecidos da fazenda:

São condôminos conhecidos: Dona Margarida Gomes de Lima, João Carlos de Alarcão, Hermano Carlos de Alarcão, Balbino Monteiro Guimarães, Pedro Monteiro Guimarães, Epaminondas da Silva Campo, Horácio de Almeida Campos, Onezifero Coelho da Silva Campos.⁷⁶

Por esse trecho da petição do senhor Salviano Monteiro, constata-se a presença de nove condôminos para a fazenda Mestre d'Armas – os oito listados na petição, além do próprio peticionário. A presença de condôminos numa mesma fazenda é a expressão concreta da fragmentação que havia se iniciado no século XVIII a partir das primeiras sesmarias, evidenciado no relato do lançador de impostos de 1810⁷⁷ e que, em termos legais, porém, será realizada somente nas primeiras décadas do século XX com os processos judiciais de divisão de fazendas.

Os inventários *post mortem* dos habitantes de Planaltina também evidenciam a estrutura fundiária da região. Dos 168 inventários analisados, em 136 (80,95%) constam casas, partes de terra, sítios ou largas numa mesma fazenda, indicando o processo de fragmentação, como, por exemplo, no inventário de Claro Carlos Alarcão, de 1898:

Sítio na fazenda dos Monjolloos com uma casa velha coberta de telhas muito arruinada, com quintal aberto (...) Parte de terras de cultivos e campos de criar na fazenda dos Monjolloos havido por compra de João Pereira. Parte de terras de cultivos e campos de criar na fazenda Bom Sucesso no lugar denominado Mato Grosso.⁷⁸

⁷⁶ **Processo de Divisão Judicial da Fazenda Mestre d'Armas**, op.cit., fl. 26.

⁷⁷ BERTRAN, op. cit., p. 188.

⁷⁸ **Inventário de Claro Carlos Alarcão, 1898**. Fórum Planaltina – Goiás. Digitalizado pelo ArPDF, fls. 12-13

O que 45 inventários (26,7% do total analisado) também nos informam é o fato de uma mesma pessoa possuir partes de terras em mais de uma fazenda, principalmente por herança ou compra, como Sebastião Carlos, em cujo inventário, de 1872, está relacionado “parte de terras na fazenda Bom Sucesso e parte de terras na fazenda Buraco”;⁷⁹ e Benedito Gomes de Alarcão que, em 1949, deixou como herança “um quinhão de terras na fazenda Morro Canastra e um sítio na fazenda Sobradinho”.⁸⁰ Outros inventariados possuíam mais de uma parte de terras na mesma fazenda, obtidas em muitos casos por compra a diferentes pessoas. É o que se constata, por exemplo, no inventário de Pedro José de Alcântara, que possuía “parte de terras (...) no lugar denominado Muggy havido por compra de Florencia Rodrigues Vidal”⁸¹ e “parte de terras (...) no lugar denominado Muggy havido por compra de Venceslau Xavier da Guirra”.⁸²

Essa é, portanto, a estrutura fundiária geral de Planaltina de 1872 até 1960: região com um pequeno núcleo urbano cercado por inúmeras fazendas fragmentadas em seu interior em pequenas unidades rurais sob a posse de vários condôminos.

Analisaremos, agora, como eram, de forma geral, nas últimas décadas do século XIX e na primeira metade do século XX, essas fazendas, mediante análise dos inventários e dos processos de divisão e demarcação, como também dos mapas e de algumas fontes orais.

2. As Fazendas de Planaltina (1872-1960)

A maioria das fazendas de Planaltina, como vimos agora, eram fragmentadas internamente em várias partes e habitadas por vários condôminos. Muitas possuíam casas com quintais onde havia pequenas plantações de café e/ou outras árvores frutíferas. Em 26 inventários (19,1%) são descritos cafeeiros nos quintais das propriedades. Nos demais, são citadas plantações de mandioca, cana-de-açúcar, milho ou árvores frutíferas em geral. Também se plantava arroz, feijão, hortaliças, -

⁷⁹ **Inventário de Sebastião Carlos de Alarcão, 1872.** Fórum Planaltina – Goiás. Digitalizado pelo ArPDF, fl. 8.

⁸⁰ **Inventário de Benedito Gomes de Alarcão, 1949.** Fórum Planaltina – Goiás. Digitalizado pelo ArPDF, fls. 13;15.

⁸¹ **Inventário de Pedro José de Alcântara, 1896.** Fórum Planaltina – Goiás. Digitalizado pelo ArPDF, fls. 25.

⁸² *Ibidem.*

mantimentos básicos da alimentação das famílias que habitavam essas propriedades – e algodão, utilizado para a confecção de roupas, lençóis, cobertores, entre outras vestimentas, segundo os depoimentos orais de Sebastiana de Jesus Lima, nascida em 1936 numa gleba da antiga fazenda Buraco conhecida atualmente como Rua do Mato, pequena comunidade da Fercal, e de Delson da Costa Matos, nascido na mesma região em 1951.

Além de uma casa e um quintal fechado com plantações, em alguns inventários são descritos também regos d'água e um monjolo – engenho movido por água usado para pilar milho e descascar café. Essa descrição aparece em 16 inventários, como no de Maria Antônia Chaves, de 1896:

Sítio com uma pequena casa coberta de telhas, com um quintal plantado de cafeeiros e outras arvores de frutas com rego d'água, monjolo e um moinho velho e estragado, um rancho coberto de palhas, com dois mangueiros fechados situados na fazenda denominado Santo Antonio das Brancas.⁸³

Em 17 inventários é descrita a presença de engenhos de cana-de-açúcar e em 6 são mencionados alambiques nas fazendas da região. Apesar da quantidade baixa de inventários em que são mencionados estes bens móveis (10,1% e 3,57%, respectivamente), os depoimentos orais reiteram a presença de engenhos e alambiques em muitas fazendas da região, além de casas de farinha em algumas, como é afirmado por Erasmo dos Anjos Silva, nascido na Rua do Mato em 1956, e por Delson da Costa Matos, segundo o qual “várias pessoas possuíam engenho em suas fazendas, como meu avô Tibúrcio Gomes. Com isso alguns produziam rapadura, doces e cachaça”.⁸⁴

Paralelamente ao desenvolvimento de uma agricultura familiar, nessas pequenas propriedades havia também a criação de animais utilizados principalmente para o trabalho, o transporte e o incremento da alimentação dessas famílias. O porco, por exemplo, era animal de fundamental importância na região. Segundo Erasmo de Castro, a banha e a carne de porco era o que mais se consumia na região e “cada fazendeiro criava porco”.⁸⁵ Embora fossem comuns nas propriedades rurais e a principal fonte de

⁸³ **Inventário de Maria Antônia Chaves, 1896.** Fórum Planaltina – Goiás. Digitalizado pelo ArPDF, p.12;

⁸⁴ Delson da Costa Matos, Depoimento ao Autor, [08/ 01/ 2014].

⁸⁵ CASTRO, Erasmo de. **Depoimento - Programa de História Oral.** Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1998, fl. 45;

proteína animal na região, segundo os depoimentos orais, os porcos não aparecem nos inventários, provavelmente pelo seu pequeno valor. Além desses, outros animais também eram bastante utilizados para o trabalho e transporte, como cavalos, éguas, burros, bestas e jumentos.

Do gado bovino se retirava o couro para confeccionar tamboretas e vestimentas, o leite e a carne para a alimentação; também era empregado como força de tração nos arados que preparavam a terra e nos carros - utilizados principalmente para o abastecimento do comércio local e regional.

As unidades rurais de Planaltina serviam, em sua maioria, basicamente para o abastecimento familiar, com participação expressiva apenas no abastecimento do comércio local. Essas unidades eram interligadas ao núcleo urbano principalmente através de estradas de rodagem de carros de boi e estradas de tropas, conforme observado no mapa 1 *Estado de Goiás: Município de Planaltina (Zona Sul)*, em anexo. Algumas dessas estradas utilizadas para o escoamento da produção das propriedades rurais já existiam desde o início do século XVIII, conforme Bertran.⁸⁶

Até 1960, ainda era notória a dificuldade de se deslocar por essas estradas. Segundo Erasmo dos Anjos, uma viagem com o carro carregado da Fercal para Planaltina pelos finais da década de 1950 durava, em média, dois dias.⁸⁷ Atualmente, de automóvel, gastam-se aproximadamente 35 a 40 minutos, no máximo. O senhor Alderico de Souza Caldas, nascido em 1933, lembra em seu depoimento da dificuldade que era se deslocar de Planaltina para Água Fria (GO) – 106 km de distância -, devido às condições da estrada. Segundo ele, “não tinha um pau de ponte, nós mudamos daqui para lá num carro de boi, nós gastamos cinco dias daqui lá num carro de boi, sendo que agora é uma hora de viagem de máquina”.⁸⁸

Essa dificuldade de se locomover entre as fazendas e destas para o núcleo urbano é entendida também pelo relevo da região norte do atual Distrito Federal, conforme vimos no Capítulo 1, marcado por chapadas e vãos que, até a construção das

⁸⁶ BERTRAN, op. cit., pp. 141-154.

⁸⁷ Erasmo dos Anjos Silva, Depoimento ao Autor, [15/ 01/ 2014].

⁸⁸ CALDAS, Alderico de Souza. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1999, p. 9.

atuais rodovias pós-Brasília, constituíam um dos maiores desafios para o tráfego de carros de boi carregados com mantimentos que eram levados ao núcleo urbano do município. Ainda assim, como afirmado anteriormente, o comércio local era abastecido principalmente pelo que se produzia nessas fazendas, como milho, mandioca, farinha, rapadura, doces, cachaça, carne de gado bovino e suíno, entre outros.

O carro de boi, novo ou usado, é descrito em 28 inventários, ou 16,6% do total. Apesar de praticamente desaparecer dos inventários depois da década de 1920, nos depoimentos orais, Delson da Costa Matos e Erasmo dos Anjos Silva lembram que para transportar os mantimentos da Rua do Mato (Fercal) para Planaltina e, depois de 1960, para Sobradinho, o principal e único transporte era ainda o carro de boi.⁸⁹

O gado bovino, presente em 29 dos 32 inventários do século XIX – 1872 a 1900 -, representa um dos bens de maior valor nesse período. O valor do gado como um todo é maior que o dos demais bens (móveis e de raiz) em 24 (ou 75%) inventários desse mesmo período. Merece destaque, principalmente em relação ao valor das terras da região. Por exemplo, no inventário de Sebastião Carlos de Alarcão, de 1872, seus bens foram avaliados em um total de 23:188\$626. É o inventário de maior valor do período. Nele, os bens de raiz representam apenas 6,68% do valor total, mesmo tendo o inventariante deixado duas casas na parte urbana, partes de terras em diversas fazendas como Bom Sucesso, Buraco, Córrego Rico e Córrego do Ouro. Enquanto isso, o gado bovino representa 14,41,% do seu espólio. Apenas os trinta e três bois carreiros do senhor Sebastião, avaliados em 835\$000, valiam mais que a sua casa melhor avaliada, que era de 800\$000.⁹⁰

Apesar da importância da pecuária, eram poucos os grandes rebanhos. Eram poucas as pessoas que possuíam mais de cem cabeças de gado na região. Dos 168 inventários analisados para o período 1872-1960, apenas em 65 consta descrição de gado bovino. Desses, apenas oito inventários relatam rebanhos maiores do que cem cabeças, todos entre 1872 e 1930: cinco, do período 1872-1900; um, da década de 1901-1910; um, da década de 1911-1920; e um de 1921-1930. Desses oito fazendeiros, somente três possuíam mais de 300 cabeças de gado. Um deles era Salviano Monteiro

⁸⁹ Delson da Costa Matos, Depoimento ao Autor, [08/ 01/ 2014]; Erasmo dos Anjos Silva, Depoimento ao Autor, [15/01/2014].

⁹⁰ **Inventário de Sebastião Carlos de Alarcão**, op. cit.

Guimarães, que foi o maior fazendeiro da região nas primeiras décadas do século XX, o que é confirmado pelos depoimentos orais. Em 1926, ao falecer, deixou, segundo seu inventário, 490 cabeças de gado bovino, sendo que 373 eram “reses de criar de ano”.⁹¹ O inventário de Camillo Coelho, em 1884, aponta 370 cabeças de bovinos, sendo 103 só de bois (boiecos, bois curraleiros, carreiros e marruás),⁹² e o de Sebastião Cardoso, em 1872, 315 cabeças de gado bovino, sendo 50% de vacas.⁹³ Depois desses, temos, em 1896, Maria Antonia Chaves, que deixou 155 cabeças de gado – apenas vacas e novilhas;⁹⁴ em 1906, Antonio Gomes Rabelo deixou 128 cabeças;⁹⁵ Maria Teixeira, em 1873, 112 cabeças de bovino;⁹⁶ Claro Cardoso Alarcão, em 1898, com 109 cabeças;⁹⁷ e, por fim, Pedro Gomes de Castro, em 1912, com 105 cabeças.⁹⁸

Para a maioria dos proprietários com mais de 100 cabeças de gado bovino, a atividade agropecuária e o comércio estão associados. Apesar da quantidade de gado já nos sugerir isso, a constatação se dá pelo conjunto de dados arrolados nos seus respectivos inventários. Além do gado, em geral, a quantidade de bois carreiros, carros de bois e dívidas ativas sugerem que alguns fossem, à época, grandes comerciantes para os padrões locais.

No caso de Sebastião Carlos Alarcão, ao falecer, deixou 23:188\$626 mil contos de réis. A quantia por si só revela que não se tratava de um simples proprietário que vivia apenas do que produzia, pois, dos 32 inventários para o período compreendido entre 1872 e 1900, apenas outros dois inventários (5,5%) superavam o valor de 10

⁹¹ **Inventário de Salviano Monteiro Guimarães, 1926.** Fórum Planaltina – Goiás. Digitalizado pelo ArPDF.

⁹² **Inventário de Camillo Coelho Guimarães, 1884.** Fórum Planaltina – Goiás. Digitalizado pelo ArPDF.

⁹³ **Inventário de Sebastião Carlos de Alarcão, op.cit.**

⁹⁴ **Inventário de Maria Antônia Chaves, op.cit.**

⁹⁵ **Inventário de Antônio Gomes Rabelo, 1906.** Fórum Planaltina – Goiás. Digitalizado pelo ArPDF.

⁹⁶ **Inventário de Maria Teixeira da Silva, 1873.** Fórum Planaltina – Goiás. Digitalizado pelo ArPDF.

⁹⁷ **Inventário de Claro Cardoso Alarcão, op.cit.**

⁹⁸ **Inventário de Pedro Gomes de Castro, op.cit.**

contos de réis e 18 (56,25%) sequer atingiam 1 conto de réis. Os seus bens atestam que o comércio era uma atividade de Sebastião, que, além de nove escravos e de 315 cabeças de gado bovino, possuía 48 equinos, 1 carro de boi, engenho, alambique e 10:116\$136 em dívidas ativas (resultantes de empréstimos) e contas de livros (resultantes de vendas a crédito), as quais representavam 40,26% total do seu espólio. O mesmo acontece com Camillo Coelho (1884), cujo espólio de 8:663\$360 incluía 1 escrava, 370 cabeças de gado bovino, 1 carro de boi, e 563\$850 de dívidas ativas; com Claro Carlos de Alarcão (1898), que tinha 1 carro de boi, 109 cabeças de gado bovino (sendo 30 bois carreiros), 88\$000 em mercadoria de loja e 3:892\$610 de dívidas ativas, as quais representavam pouco mais de 1/4 do valor total do espólio, que era de 15:567\$860. Esses três, sem dúvida, eram os maiores fazendeiros e comerciantes de Planaltina na segunda metade do século XIX.

Nas duas primeiras décadas do século XX, o maior comerciante/fazendeiro da região foi Salviano Monteiro Guimarães, como já mencionado. Das 490 cabeças de gado mencionadas em seu inventário, além das 373 reses de criar “de ano”, são mencionados, também, 30 bois carreiros, 51 reses de criar da raça zebu, 13 marruás e muitas terras, entre essas uma propriedade de 14.917 hectares, e 10 casas (inventariadas) na área urbana de Planaltina, a maioria alugada. Do valor total do seu espólio que era de 235.206\$000, 111.610\$000, ou seja, 47,45% eram de bens de raiz. Infelizmente, não foram encontrados os inventários de Sebastião Sousa e Silva e Salgado Benvinhatti, outros dois grandes fazendeiros contemporâneos de Salviano Monteiro Guimarães citados em depoimento por dona Alice Guimarães.⁹⁹

O valor de espólio de Salviano Monteiro Guimarães e a sua importância no desenvolvimento de Planaltina, obtidos também graças à influência da sua família na política do estado de Goiás - onde seu filho, Dr. Hosannah Guimarães, seria vice governador entre 1946-50 -, é um ponto fora da curva da região de Planaltina, mas que, por ser a exceção, confirma a realidade do município: uma região formada de inúmeras unidades rurais de pequenos fazendeiros, para os quais o abastecimento do comércio local é a principal atividade econômica, e alguns raros grandes proprietários cuja

⁹⁹ GUIMARÃES, Alice Gonçalves. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1999.

atividade principal é a criação e venda de gado bovino para outras regiões do estado ou fora dele.

Além desses oito fazendeiros de maior porte, para o período 1872-1930 foram analisados inventários de outras 59 pessoas, das quais 13 (19,40%) possuíam entre uma e dez cabeças de gado; oito (11,94%), entre 11 e 20 cabeças; 14 (20,89%), entre 21 e 50 cabeças; quatro (5,97%), entre 51 e 70; cinco (7,46%), entre 71 e 90. Finalmente, 15 (22,38%) dos inventários não registram sequer uma cabeça de gado. Ou seja, o que predomina são pequenos rebanhos, inferiores a 50 cabeças de gado.

A pouca quantidade de gado tornava o valor de um boi curraleiro ou cavalo bem caro na região (40 a 50 mil réis em média). Isso ajuda a entender por que a maioria dos fazendeiros não conseguia ter grande rebanho de gado, reforçado também pela ausência de uma economia mais dinâmica na região que incentivasse uma produção em larga escala capaz de justificar um investimento maior em gado bovino, gado equino, entre outros, por parte destes pequenos fazendeiros, ou em alguns casos pelo relevo acidentado e qualidade dos solos de uma determinada fazenda. No relato do agrimensor da fazenda Buraco, em 1936, sobre a qualidade da região para a criação de gado, é afirmado por este que:

A fazenda Buraco não merece rasgados elogios, qualquer que seja o ponto de vista como a encare: para a agricultura tem poucos matos e os existentes estão em franco estado de devastação, não obstante a sua qualidade ser boa na maioria; para pecuária os seus campos não tem boa qualidade o que se vê pelo capim agreste que forma a quase totalidade de suas pastagens, em estado ressequido, ainda no começo da seca, quando a percorri (...).¹⁰⁰

Percebe-se nos processos de divisão judicial das fazendas da região que algumas, como a fazenda Buraco, não eram favoráveis ao desenvolvimento da pecuária e da agricultura. No entanto, em outras, como na fazenda Mestre d'Armas, a descrição do agrimensor Deodato de Amaral de Louly em 1920, nos revela uma situação mais favorável à pecuária:

A fazenda é toda de campos e utilizadas exclusivamente para criação de gado vacum, encontrando-se aí belas espécimes de mestiços e puro sangue Zebú. (...) a forragem em sua quase totalidade de capim agreste, encontrando-se, no entanto, alguns prados artificiais de capim Jaraguá e meloso. Mattos de

¹⁰⁰ **Processo de Divisão Judicial da Fazenda Buraco, 1936.** Fórum Planaltina – Goiás. Digitalizado pelo ArPDF, fl. 81.

cultura não há (...) e alguns pequenos capões que se encontram não são de muita boa qualidade. Madeiras não há mais – tudo devastado.¹⁰¹

Apesar de detectar a falta de madeiras nessa mesma fazenda e chamar a atenção para a falta de matos de cultura – fundamental para o plantio –, o relato do agrimensor mostra que se trata de uma fazenda com muitos campos favoráveis à criação de gado. Pela descrição que o mesmo agrimensor faz das fazendas Serandi e Sobradinho, percebe-se que havia muitos campos de criar gado.¹⁰² Em Serandi, por exemplo, dos 8.100 hectares, 6.890 hectares eram de campos. Muita terra para a criação de gado.

Mesmo nessas fazendas, no entanto, o relato do agrimensor nos revela que havia limitações por parte da geografia local quanto ao desenvolvimento da atividade pecuária em larga escala, a não ser pelos grandes proprietários já citados neste trabalho. Na própria descrição da fazenda Serandi, o agrimensor cita que uma parte dela era composta só por vãos e se tratava de uma fazenda “pobre de águas” para o abastecimento da atividade pecuária por serem os seis córregos que a cortavam “demasiado fundos e de barrancos atoleiros”.¹⁰³ As próprias estradas com bastante empecilhos naturais para um transporte rápido e barato era outro fator que dificultava. Mas também a qualidade dos matos utilizados para criar gado na região, de maneira geral, não era a melhor, conforme apontado pelo agrimensor nas descrições das fazendas. Com isso, gado de boa qualidade não se tinha em abundância no município, o que fazia com que alguns preferissem compra-lo em regiões vizinhas, conforme observado no depoimento do ex-comprador de gado Antônio Francisco Oliveira, quando relembra a frase dita pelo seu ex-patrão, Santillom, após chegar com uma boiada de Planaltina: “Olha, Antônio, agora você não vai ficar em Planaltina, você vai para Anápolis, o gado lá é muito melhor, vaca pesada em mato grosso dá muito gado bom, melhor do que Planaltina (...)”.¹⁰⁴

As dificuldades de se locomover pelas estradas da região é outro fator já apontado aqui como um dos empecilhos para o estabelecimento de uma economia mais

¹⁰¹ **Processo de Divisão Judicial da Fazenda Mestre d’Armas, 1920**, op.cit, fls. 173-174.

¹⁰² **Processo de Divisão Judicial da Fazenda Sobradinho, 1926**. Fórum Planaltina – Goiás. Digitalizado pelo ArPDF; **Processo de Divisão Judicial da Fazenda Serandi**, op.cit.

¹⁰³ **Processo de Divisão Judicial da Fazenda Serandi**, op.cit, fl.143;

¹⁰⁴ OLIVEIRA, Antônio Francisco de. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1999, p. 9-10;

dinâmica no município de Planaltina. No mapa “*Município de Planaltina - Zona Sul*” (mapa 2, em anexo) é perceptível, no entanto, a tentativa de construir novas estradas nas últimas décadas que antecederam a construção de Brasília. O mapa destaca em sua legenda as estradas destinadas a transporte de tropas, os caminhos carroçáveis, as rodovias e a linha telegráfica. O objetivo, sem dúvida, era facilitar o transporte, principalmente de rebanho de bois e cargas, entre o município de Planaltina e as regiões de economia mais dinâmica dentro e fora do estado, como Ipameri e Catalão e o norte de Minas Gerais e Bahia. No processo de divisão judicial da fazenda Mestre d’Armas, iniciado em 1920 a pedido do senhor Salviano Monteiro Guimarães, é relatado um trecho da descrição do agrimensor responsável pelos estudos de demarcação da fazenda que enfatiza a tentativa de interligar Planaltina a outros municípios com a construção de novas estradas. Diz o trecho: “cortam a fazenda o traçado de 2 linhas de automóveis em construção. Uma da empresa Hugo, para Formosa, outra da empresa Benvihati para Ipameri”.¹⁰⁵ Já havia antes de 1920, mas principalmente depois, estradas sendo abertas para o transporte de automóveis na região em direção aos principais centros econômicos próximos à Planaltina – Formosa, Ipameri, Catalão – como observado no trecho citado do processo de divisão da fazenda ou mesmo no mapa citado. Porém, mesmo essas novas estradas ou caminhos antigos reformulados ainda eram de difícil mobilidade. Isso é confirmado por alguns depoimentos orais, principalmente no de Erasmo de Castro, nascido em Planaltina em 1930, ao Arquivo Público do DF:

(EC) (...) aí tinha um industrial aqui que era seu Alexandre Salgado, que levava couros, sola, fabricava cachaça, açúcar de turbina e levava carga para vender em Anápolis e no retorno trazia os estudantes (...);

(MA) - E esse caminhão, ele fazia o transporte de coisa daqui para Anápolis com que regularidade? Uma vez por semana ou...

(EC) - ... não, era de seis em seis meses.

(MA) - Seis em seis meses?

(EC) - Seis em seis meses ou de ano em ano.

(MA) - Que o caminhão ia até lá e voltava?

(EC) - Que o caminhão ia até lá e voltava. Era.

(MA) - Não ia sempre não?

(EC) - Não. Não tinha condições porque não tinha estrada, então se enfrentasse a sair, tinha que sair logo com cozinha pronta, com cama, porque sabia que ia ficar na estrada quatro, cinco dias para poder chegar em Anápolis.

¹⁰⁵ **Processo de Divisão Judicial da Fazenda Mestre d’Armas, 1920**, op.cit., fl. 175

(MA) - Até cama?

(EC) - Até cama tinha que levar, rede para armar na estrada porque sabia que não chegava em Anápolis, em prazo de dois, três dias não chegava.¹⁰⁶

Dos inventários a partir da década de 1930, nenhum ultrapassa a quantidade de cinquenta cabeças de gado. A frequência de registro de bovinos nos inventários também diminui a partir de 1940. Entre 1940 e 1950, em apenas dois (13,3%) dos quinze inventários analisados aparece a descrição de gado; entre 1950 e 1960, em apenas nove (11,8%) dos setenta e seis analisados.

Essa redução poderia ser explicada, em parte, pela demora de muitas famílias em fazer o inventário, tornando muito difícil mais tarde identificar o gado e os bens móveis. Isso acontece, principalmente, nos inventários realizados após o início da construção de Brasília - que são ao todo quarenta e seis, ou 60,52% dos inventários da década de 1950-60 -, quando foram confeccionados alguns inventários de pessoas falecidas há anos, ou décadas. Desses, em apenas três há descrição de gado bovino. Mas a diminuição dos relatos de gado nos inventários, a partir da década de 1940, contrasta com depoimentos orais que afirmam que o gado bovino não somente continuou a ser um dos principais animais de criação naquelas propriedades rurais, como também movimentava a economia local. Narra em depoimento oral Antônio Francisco Oliveira, segundo ele “registrado no ano de 1913”,¹⁰⁷ que após o falecimento de seus pais, ele e seus irmãos foram morar na fazenda do senhor Salviano Monteiro Guimarães, onde se criava muito gado bovino, e em uma de suas memórias lembra de um certo boiadeiro de Minas Gerais que comprou de uma só vez dois mil bois em Planaltina.¹⁰⁸ O mesmo conta que, já adulto, tornou-se comprador de boi em Planaltina, primeiro para um certo Almir Guimarães, depois para um certo Santillom de “Piracanjuba, aqui perto de Goiânia”.¹⁰⁹

Se os depoimentos orais confirmam que a principal atividade econômica em Planaltina era ligada à venda de rebanhos de gado bovino a outros municípios como

¹⁰⁶ CASTRO, Erasmo de. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1998, p. 13;

¹⁰⁷ CASTRO, Erasmo de. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1998, p.5;

¹⁰⁸ *Ibidem*, p.7;

¹⁰⁹ *Ibidem*, p.8;

Ipameri, Anápolis, Paracatu e Catalão, era destes locais também que vinham alguns produtos que não eram produzidos nas próprias fazendas da região, como o sal. Maria Violeta Guimarães, nascida em 1934, confirma: “o sal (...), era buscado de carro de boi em Ipameri, era difícil”.¹¹⁰ Alguns cereais e roupas também eram trazidos de fora.¹¹¹ Quando a safra de arroz e feijão não era boa, esses mantimentos também eram buscados fora, segundo o depoente Erasmo de Castro, que afirmou também que, além destes, querosene, arame e sal eram importados de Catalão, Paracatu e Vianópolis. E para lá se levava café, coco, couro de gado e couro seco.¹¹² Não era um comércio assíduo e nem tampouco volumoso, capaz de dinamizar a agricultura em Planaltina.

Portanto, como descrever de maneira geral uma fazenda em Planaltina nas décadas finais do século XIX até 1960? Uma unidade rural fragmentada em várias partes, cada qual com seu condômino que a obteve por compra ou herança, com uma propriedade contendo em sua maioria uma casa, quintal, terras de campos e cultivos onde geralmente se plantava o suficiente para o abastecimento do condômino e sua família e se criava animais, como gado bovino, equino e suíno com o mesmo fim, com exceção dos grandes fazendeiros comerciantes, que criavam gado para um comércio mais dinâmico com outras regiões fora do município.

Município emancipado desde 1891, Planaltina, ao longo das primeiras décadas do século XX, conviveu com o marasmo de qualquer outro município do sertão goiano da mesma época, interrompido pelas máquinas e levas de imigrantes que chegavam para a construção da nova Capital do país. O pequeno núcleo urbano e sua zona rural, sua economia de subsistência, seus rebanhos soltos nos inúmeros pastos ao longo das suas chapadas, sua cultura, suas festas, serão transformados com a inauguração de Brasília. Mudanças essas, – e também permanências – que poderão ser analisadas em estudos futuros.

¹¹⁰ GUIMARÃES, Maria Violeta. **Depoimento – Programa de História Oral. Brasília**, Arquivo Público do Distrito Federal, 1999, p. 15;

¹¹¹ CASTRO, Erasmo de. **Depoimento - Programa de História Oral. Brasília**, Arquivo Público do Distrito Federal, 1998, p. 48

¹¹² *Ibidem*;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, o Distrito Federal é uma das regiões cujo IDH é um dos maiores do país.¹¹³ A sua população urbana atual, estimada pela Codeplan, é de aproximadamente três milhões de habitantes.¹¹⁴ Aqui é definido o presente e o futuro do país. Mas, tudo isso não foi construído sobre o nada. As bases da nova capital não foram fincadas num sertão deserto e ermo. Inúmeros fazendeiros, donas de casa, alguns comerciantes, professores, estudantes, juizes, advogados, entre outros já povoavam essas terras do Planalto Central antes mesmo dos sonhos de Dom Bosco e da ousadia política de Juscelino Kubistchek.

As transformações ocorridas na região após a transferência da Capital são visíveis e as mudanças no aspecto físico e ambiental da região são evidentes. Muitas das estradas apresentadas pelo mapa 1, em anexo, já não existem, atualmente. Na Fercal, por exemplo, a construção da DF-150, impulsionada pela chegada das primeiras fábricas de fertilizantes e calcário e, depois, as cimenteiras, modificou as rotas de tráfego da população local. Facilitou a mobilidade, inclusive. Os enormes chapadões, os quais era necessário transpor para chegar até Sobradinho e Planaltina, foram ficando apenas como belas paisagens da natureza a serem admiradas. O mesmo ocorreu com várias outras após iniciado o processo veloz de urbanização a partir de 1960.

As fazendas também foram urbanizadas. Muitas delas não existem mais. A fazenda Sobradinho transformou-se na cidade satélite de mesmo nome, em 1960, e, atualmente, já está dividida em duas regiões administrativas: Sobradinho e Sobradinho II. A antiga fazenda Bananal é onde se concentram, atualmente, os poderes do país, Brasília. As fazendas Serandi e Mestre d'Armas, por exemplo, transformaram-se em grandes aglomerados populacionais que compõem num todo a região administrativa de

¹¹³ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fundação João Pinheiro. **O Atlas**. Pesquisado em: << <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking> >> Data de acesso: 14/03/17.

¹¹⁴ Codeplan - **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal** - PDADDF 2015. Disponível em: << http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2016/PDAD_Distrito_Federal_2015.pdf >>. Data de acesso: 17/03/17

Planaltina. A antiga fazenda Guarairoba é, atualmente, a região da Ceilândia, a maior RA do DF, com a população urbana estimada em quase meio milhão de habitantes.¹¹⁵

O gado não é mais a principal e praticamente a única atividade econômica da região, como fora até 1960. Como afirmou o professor Mário Castro, Brasília trouxe o dinamismo para o estático município de Planaltina.¹¹⁶ As relações interpessoais também se modificaram. A cultura do sertão goiano se mesclou com diversas outras advindas dos imigrantes que chegavam de diversas partes do país para construir a nova Capital e por aqui fincar nova morada. Diversas transformações ocorreram de 1960 para os dias atuais – para o bem ou para o mal – mas, a história de Planaltina está para além dessas últimas cinco décadas e o objetivo deste trabalho, desde o seu início, foi também dar destaque a esse passado. Mas ele buscou não apenas ressaltar a noção de que Brasília não foi construída a partir do nada, mas principalmente demonstrar e descrever como era a região e como basicamente vivia a sua população, predominantemente rural.

Por fim, conclui-se que embora seja apenas uma breve pesquisa sobre a história de Planaltina, este trabalho poderá se desdobrar em novas pesquisas futuras sobre a história da região antes ou depois da construção da nova Capital, principalmente com algumas questões importantes que ficaram em aberto, tais como a análise do núcleo urbano de Planaltina antes de 1960, questões envolvendo a mudança da Capital e as transformações ocorridas na região do ponto de vista fundiário e principalmente ambiental, consequência do avassalador processo de urbanização e industrialização pós-1960. Apesar disso, espero que o que foi feito até aqui já represente uma contribuição para a história regional de Brasília e Goiás.

¹¹⁵ Ibidem.

¹¹⁶ CASTRO, Mario. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1999.

FONTES E REFERÊNCIAS

Fontes:

Delson da Costa Matos, Depoimento ao Autor, [08/ 01/ 2014].

Erasmus dos Anjos Silva, Depoimento ao Autor, [15/01/2014].

CALDAS, Alderico de Souza. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1999.

CASTRO, Erasmo de. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1998.

CASTRO, Mário César de Sousa. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1999.

GUIMARÃES, Alice Gonçalves. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1999.

OLIVEIRA, Antônio Francisco de. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1999.

Inventários *Post Mortem* do Município de Planaltina. Documentos originais do Fórum de Planaltina – Goiás. Digitalizado pelo ArPDF.

Processo de Divisão Judicial da Fazenda Buraco, 1936. Fórum de Planaltina – Goiás. Digitalizado pelo ArPDF.

Processo de Divisão Judicial da Fazenda Mestre d'Armas, 1920. Fórum de Planaltina – Goiás. Digitalizado pelo ArPDF.

Processo de Divisão Judicial da Fazenda Serandi, 1919. Fórum de Planaltina - Goiás. Digitalizado pelo ArPDF.

Processo de Divisão Judicial da Fazenda Sobradinho, 1926. Fórum de Planaltina – Goiás. Digitalizado pelo ArPDF.

Referências:

Brasília: Governo do Distrito Federal (GDF), Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, COMPARQUES. **Atlas Ambiental do DF**. Brasília, 2006.

Censo Experimental de Brasília 1959. População e Habitação Planejado e supervisionado pela Comissão Censitária Nacional. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>.

Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2015. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/component/content/article/261-pesquisas-socioeconomicas/319-pdad-2015.html>>. Data de acesso: 08/02/17

IBGE. Brasil. Censo Demográfico. Volume 1. Rio de Janeiro, 1956. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf>. Data de acesso: 22/01/17.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Características da população. Distrito Federal. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=df&tema=censodemog2010_amost>. Data de acesso: 04/03/17.

Goiás – Planaltina. IBGE, 2011. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=EN&codmun=521760&search=goias%7Cplanaltina%7Cinphographics:-history>. Data de acesso: 08/02/2017

Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Data de acesso: 09/02/2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fundação João Pinheiro. **O Atlas.** Pesquisado em: <<<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>> Data de acesso: 14/03/17.

Recenseamento do Brasil em 1872. Editor Typ. G. Leuzinger. Rio de Janeiro, 1874 (?). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf>. Data de acesso: 18/01/2017

Recenseamento do Brasil. Realizado em 1 de Setembro de 1920. Volume IV (2ª parte). Typograpgia da Estatística. Rio de Janeiro, 1920. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>> Data de acesso: 22/01/17

BARBO, Lenora de Castro. **Preexistências de Brasília. Reconstruir o território para construir a memória.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central. Eco história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador.** Brasília: Editora UnB, 1995.

COSTA, Kelerson Semerene. **Meiaponte: História e meio ambiente em Goiás.** Brasília, Paralelo 15, 2013.

FILHO, Batista et al (org.). **Memórias de gerações.** Brasília: Fundo Nacional de Cultura/Minc, 2013.

LEONARDI, Victor. **Entre Árvores e Esquecimentos:** A modernidade e os povos indígenas no Brasil. História social dos sertões. 2ª edição. Brasília: Editora UnB/Paralelo 15, 2016.

MARTINS, Eder de Souza (et al.). **Evolução Geomorfológica do Distrito Federal.** Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2004.

OLIVEIRA, Paulo Roberto de. **Entre rios e trilhos: as possibilidades de integração econômica de Goiás na Primeira República.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - Unesco. **Vegetação no Distrito Federal – Tempo e Espaço**. 2ª edição. Brasília, 2002.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. O uso de inventários na pesquisa histórica. **Caderno de Cultura e Ciência**. Universidade Regional do Cariri – URCA, vol.1, nº 1, p.97, 2006.

SALLES, Gilka V. F. de. **Economia e Escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia: Cegraf/ UFG, 1992.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz**. Tomo primeiro. Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

SALLES, Gilka V. F. de. **Economia e Escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia. Cegraf/ UFG, 1992.

SANO, S. M.; ALMEIDA, S.P. (Orgs.) **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998.

SILVA, Benedito Alísio da; MECENAS, Valmira Vieira [et al.]; fotografias de Rui Faquini. **Apa de Cafuringa: o retrato do cerrado**. Brasília, Paralelo 15, 1996.

SILVA, Elias Manoel da. **De Mestre d'Armas à Planaltina: reflexão histórico-crítica sobre a fundação da cidade**. Arquivo Público de Brasília, 2011.

ANEXOS

MAPA 1: Estado de Goiaz: Município de Planaltina (Zona Sul) – (Acervo do ArPDF) – Editado



Mapa 2: Novo Distrito Federal Planta-Índice Cadastral de Joffre Mozart Parada (Acervo do ArPDF)

















LEGENDA

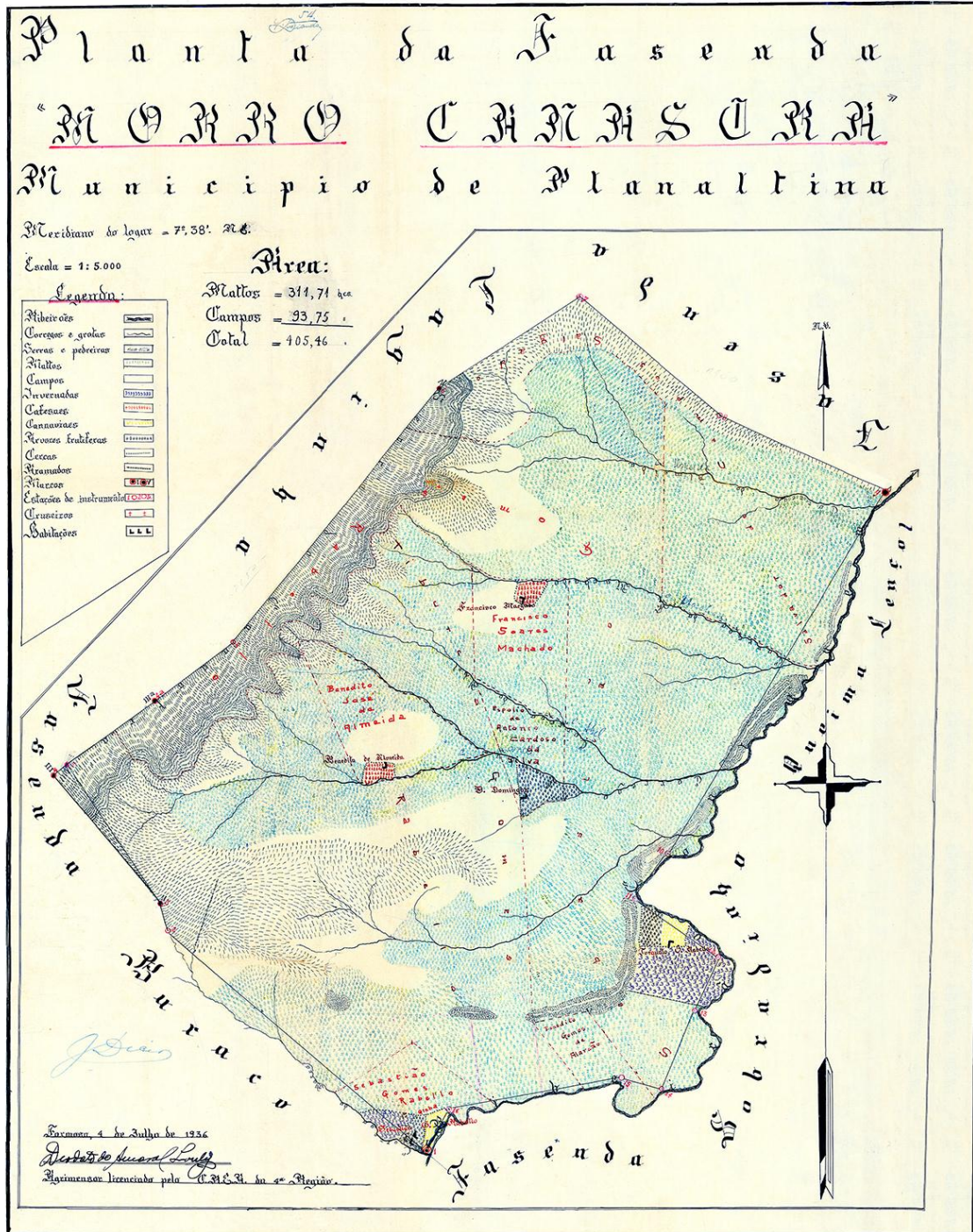
EXPLICATIVA

ESCALA 1-20.000



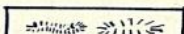


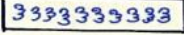
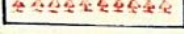

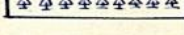
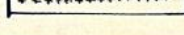
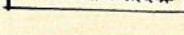
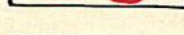
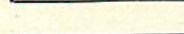
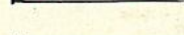
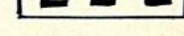


-  PONTO DE PARTIDA
-  1238 ESTAÇÕES COM MARCOS
-  ABC ESTAÇÕES DE INSTRUMENTOS
-  CAMPOS  MATTOS
-  PLANTAÇÃO, CAPIM  P. MANDIOCA
-  RIBEIRÕES  CORREGOS
-  SERRAS
-  VALLOS
-  CÊRCAS DE ARAME
- LINHAS DE CAMINHAMENTO
- ESTRADAS DE CARRÃO
- ESTRADAS DE AUTOMÓVEIS
-  PROP. COM CASA DE TELHAS
-  PROP. COM CASA DE PALHAS

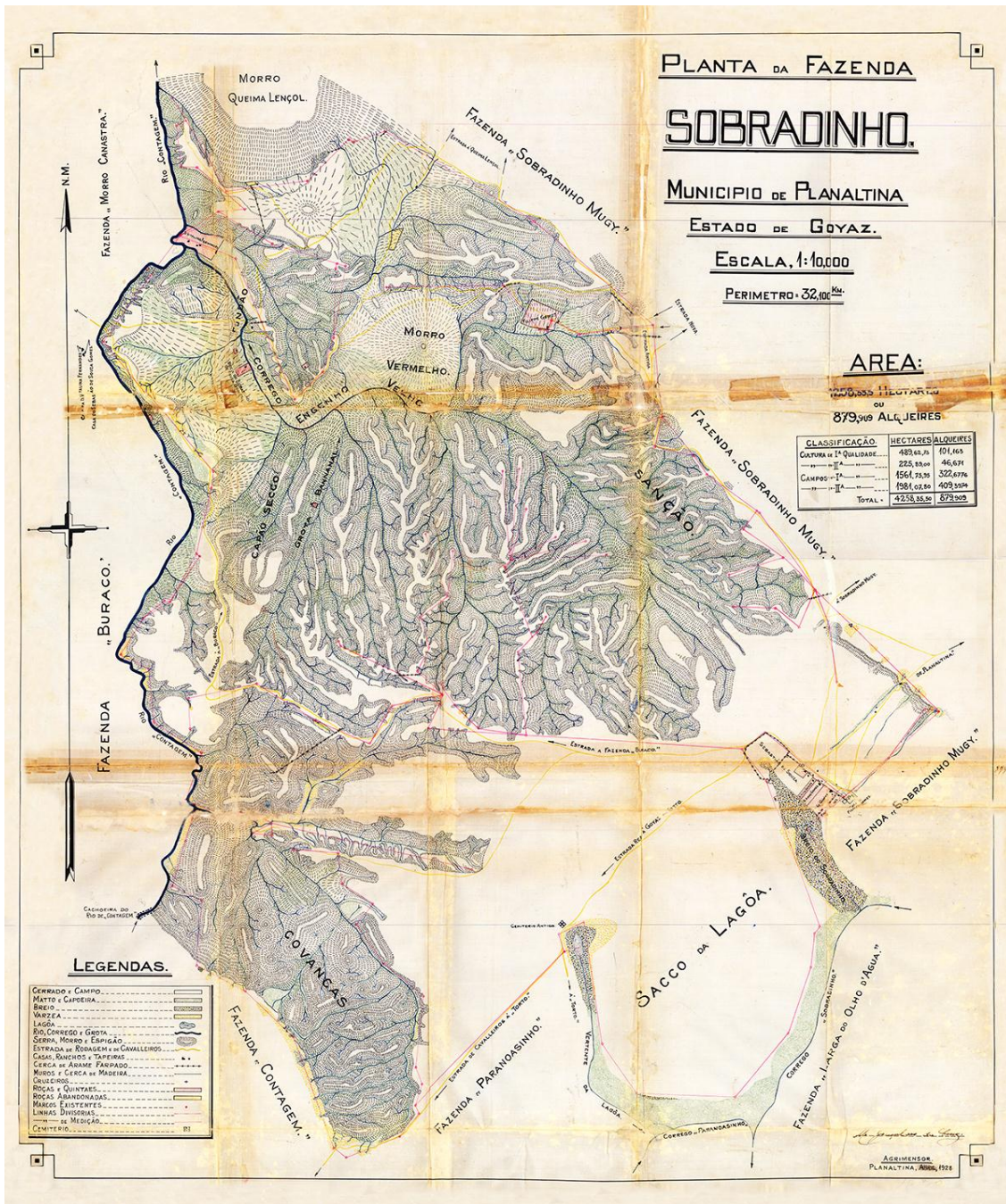
Mapa 4: Planta da Fazenda Morro Canastra de Deodato de Amaral Louly (Acervo do ArPDF) / Legenda Editada



Legendra:

Ribeirões	
Corregos e grutas	
Serras e pedreiras	
Matos	
Campos	
Invernadas	
Cafeszes	
Cannaviaes	
Arvores frutíferas	
Cercas	
Armadões	
Postos	
Estações de instrumento	
Cruseiros	
Habitacões	

Mapa 5: Planta da Fazenda Sobradinho (Acervo do ArPDF).



PLANTA DA FAZENDA SERANDY

FAZENDA DA LAGUA

LEGENDA EXPLICATIVA

ESCALA 1:10000

	PONTO DE PARTIDA
	ESTAÇÕES COM MARCOS
	LINHAS DE CAMINHAMENTO
	PROPRIEDADE COM CASA DE TELHA
	PROPRIEDADE COM CASA DE PALMA
	RÍOS
	CORREDORES
	CAMPOS E CERRADOS
	MATOS E CAPOEIRAS
	CERCA DE ARAME
	CERCA DE MADEIRA
	ROÇAS E CULTURA
	SERRAS E PEDREIRAS DE CAL
	ESTRADAS
	VALLIOS

Pelo Prático

Deodato Louzã



Ficha de Depoimentos Orais

Dados do Depoente

1- Nome completo: _____

2 - Local e data de nascimento: _____

3- Endereço atual: _____

Cidade: _____

Estado: _____

Telefone: _____

Desde quando (ano, data completa) mora no endereço atual? _____

4 - Profissão atual: _____

5 - Profissões anteriores: _____

Roteiro da Entrevista

1. Qual o nome completo dos seus pais?
2. Sabe qual o lugar nasceu e foi criados?
3. E sobre seus avós, sabe algo sobre eles? Nome completo; onde nasceram, cresceram? Eles moravam em terras próprias?
4. Onde eles foram criados havia famílias próprias? Quais as principais?
5. Qual era a cidade ou vila mais próxima? (caso sejam nascidos na Fercal)
6. Como faziam para locomoverem até as cidades ou vilas mais próximas?
7. Tinham estradas? Quais?
8. Eles viviam do que? Plantavam somente para consumo próprio ou vendiam os produtos também? Vendiam, onde? Compravam? Onde?
9. O que mais plantavam? Do que se alimentavam? (O que comiam com maior frequência?)
10. Caçavam e /ou pescavam para se alimentar?
11. Existia alguma escola por perto?
12. Sabe se algum deles frequentou alguma escola? E onde?
13. Frequentavam alguma igreja? Qual?
14. Algum padre atendia à região? De onde ele vinha? (caso sejam católicos)
15. Onde foram celebrados os batizados e ou casamentos de seus pais ou avós?
16. Há alguma tradição religiosa? Qual? Quando surgiu?
17. Frequentava festas com seus pais ou avós? Quais? Onde eram tais festas? Havia outro tipo de lazer?
18. Quando seus pais e avós ficavam doentes, a quem recorriam? Havia hospitais por perto? Onde ficava?
19. Ou o que seus pais ou avós faziam para curar uma doença?

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Diego Rodrigues Matos, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “**Quando aqui era sertão”: fazendas de Planaltina antes da instalação do Distrito Federal (1872-1960)**” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 07 de Julho de 2017.

Diego Rodrigues Matos